MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA



Magazine Luiza S.A.

Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018 e 2017

magazineluiza
vem ser feliz

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	**3**
Balanços patrimoniais	**9**
Demonstrações dos resultados	**11**
Demonstrações dos resultados abrangentes	**12**
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	**13**
Demonstrações dos fluxos de caixa	**14**
Demonstrações dos valores adicionados	**15**
Notas explicativas às demonstrações contábeis	**16**

Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, conselheiros e diretores da Magazine Luiza S.A.

Franca – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magazine Luiza S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2018 o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e

consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Discussões tributárias – Controladora e Consolidado	
Veja as Notas 12 e 21 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como a auditoria endereçou esse assunto**
A Companhia é parte ativa e passiva em processos judiciais e administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões jurídicas de natureza tributária. Esse assunto exige da Companhia e de seus assessores jurídicos julgamento significativo na determinação das estimativas relacionadas ao reconhecimento de ativos e passivos, valores envolvidos, da probabilidade de êxito dessas discussões, e mensuração e divulgação das provisões para contingências, passivos contingentes, ativos fiscais e ativos contingentes. Em função da complexidade do assunto e do ambiente tributário no Brasil, mudanças nos julgamentos efetuados pela Companhia ou nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, podem impactar os montantes reconhecidos e divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento, e mensuração e divulgação das provisões para contingências, passivos contingentes, ativos fiscais e ativos contingentes tributários, incluindo a avaliação do julgamento exercido pela Companhia. Envolvemos especialistas em impostos e em assuntos legais na análise de opiniões legais preparados pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, quando aplicável, bem como por meio da obtenção de confirmações externas junto aos assessores legais externos da Companhia. Avaliamos as provisões reconhecidas, mensuração dos ativos fiscais reconhecidos e se as divulgações dos ativos e passivos contingentes efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes imateriais que afetaram a mensuração dos ativos fiscais os quais foram registrados pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento e as divulgações sobre as provisões, passivos contingentes, ativos fiscais e ativos contingentes tributários são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Reconhecimento de receita no final do exercício – Controladora e Consolidado	

Veja a Nota 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como a auditoria endereçou esse assunto**
As receitas da Companhia derivam essencialmente de venda de mercadorias, que é geralmente reconhecida após o faturamento e saída das mercadorias dos estabelecimentos e que envolve operações de montantes relevantes, pulverizadas, descentralizadas e que ocorrem em grande volume. O processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício envolve julgamento pela Companhia na determinação das estimativas dos prazos médios de entrega, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Eventuais falhas nesses controles podem impactar a mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício e, consequentemente, o montante reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo de reconhecimento de receita e do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Analisamos os prazos médios de entrega utilizados pela Companhia na estimativa do cálculo de vendas faturadas e não entregues no fechamento do exercício e comparamos com os prazos médios das vendas efetuadas no final do exercício, em base amostral. Avaliamos ainda a divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado do entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues, identificamos a necessidade de melhorias dos controles internos que alteraram nossa abordagem de auditoria e, consequentemente, ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes imateriais que afetaram a mensuração e a divulgação das receitas reconhecidas, os quais foram registrados pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas

demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa

independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelle Mayume Komukai
Contadora CRC 1SP249703/O-5

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG InternationalCooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG AuditoresIndependentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	**548.553**	370.926	**599.087**	412.707
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	8	**409.111**	1.259.553	**409.111**	1.259.553
Contas a receber	9	**2.024.685**	1.233.983	**2.051.557**	1.241.290
Estoques	10	**2.790.726**	1.953.963	**2.810.248**	1.969.333
Contas a receber de partes relacionadas	11	**193.635**	99.985	**190.190**	96.766
Tributos a recuperar	12	**299.746**	198.894	**303.691**	200.678
Outros ativos		**46.357**	75.754	**48.506**	77.290
Total do ativo circulante		**6.312.813**	5.193.058	**6.412.390**	5.257.617
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	8	**-**	-	**214**	-
Contas a receber	9	**7.571**	4.741	**7.571**	4.741
Tributos a recuperar	12	**150.624**	166.033	**150.624**	166.033
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	**171.488**	219.321	**181.012**	223.100
Depósitos judiciais	21	**349.228**	310.899	**349.239**	310.901
Outros ativos		**32.442**	42.464	**34.154**	44.387
Investimentos em controladas	14	**146.703**	78.530	**-**	-
Investimentos em controladas em conjunto	15	**308.462**	311.347	**308.462**	311.347
Imobilizado	16	**749.463**	567.085	**754.253**	569.027
Intangível	17	**501.539**	486.111	**598.822**	532.360
Total do ativo não circulante		**2.417.520**	2.186.531	**2.834.351**	2.161.896
Total do ativo		**8.730.333**	7.379.589	**8.796.741**	7.419.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	18	**4.068.459**	2.898.025	**4.105.244**	2.919.541
Empréstimos e financiamentos	19	**130.685**	434.294	**130.743**	434.294
Salários, férias e encargos sociais		**250.792**	231.820	**258.983**	236.584
Tributos a recolher		**135.384**	81.196	**140.979**	84.451
Contas a pagar a partes relacionadas	11	**125.353**	89.486	**125.383**	89.521
Receita diferida	20	**39.157**	41.566	**39.157**	41.566
Dividendos a pagar		**182.000**	64.273	**182.000**	64.273
Outras contas a pagar		**403.805**	261.773	**406.109**	265.806
Total do passivo circulante		**5.335.635**	4.102.433	**5.388.598**	4.136.036
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	**323.402**	437.204	**325.224**	437.204
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	**377.444**	297.138	**387.355**	301.534
Receita diferida	20	**390.980**	468.837	**390.980**	468.837
Outras contas a pagar		**-**	-	**1.712**	1.925
Total do passivo não circulante		**1.091.826**	1.203.179	**1.105.271**	1.209.500
Total do passivo		**6.427.461**	5.305.612	**6.493.869**	5.345.536
Patrimônio líquido	22				
Capital social		**1.719.886**	1.719.886	**1.719.886**	1.719.886
Reserva de capital		**52.175**	37.094	**52.175**	37.094
Ações em tesouraria		**(87.015)**	(13.955)	**(87.015)**	(13.955)
Reserva legal		**65.645**	39.922	**65.645**	39.922
Reservas de lucros		**546.850**	288.371	**546.850**	288.371
Ajuste de avaliação patrimonial		**5.331**	2.659	**5.331**	2.659
Total do patrimônio líquido		**2.302.872**	2.073.977	**2.302.872**	2.073.977
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**8.730.333**	7.379.589	**8.796.741**	7.419.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida de vendas	23	**15.385.737**	11.799.027	**15.590.444**	11.984.250
Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	24	**(10.941.965)**	(8.305.003)	**(11.053.022)**	(8.378.239)
Lucro bruto		**4.443.772**	3.494.024	**4.537.422**	3.606.011
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	25	**(2.713.474)**	(2.095.278)	**(2.747.447)**	(2.119.953)
Gerais e administrativas	25	**(557.944)**	(503.352)	**(596.143)**	(536.026)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		**(59.737)**	(41.914)	**(59.737)**	(41.921)
Depreciação e amortização	16 e 17	**(161.811)**	(142.099)	**(163.690)**	(143.059)
Resultado de equivalência patrimonial	14 e 15	**61.841**	92.022	**57.757**	86.156
Outras receitas operacionais, líquidas	25 e 26	**49.608**	32.224	**53.389**	36.486
		(3.381.517)	(2.658.397)	**(3.455.871)**	(2.718.317)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**1.062.255**	835.627	**1.081.551**	887.694
Receitas financeiras		**149.528**	159.363	**133.929**	110.107
Despesas financeiras		**(426.546)**	(518.881)	**(428.617)**	(520.928)
Resultado financeiro	27	**(277.018)**	(359.518)	**(294.688)**	(410.821)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**785.237**	476.109	**786.863**	476.873
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	13	**(187.808)**	(87.087)	**(189.434)**	(87.851)
Lucro líquido do exercício		**597.429**	389.022	**597.429**	389.022
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores		**597.429**	389.022	**597.429**	389.022
Lucro por ação					
Básico (reais por ação)	22	**3,162**	2,203	**3,162**	2,203
Diluído (reais por ação)	22	**3,137**	2,186	**3,137**	2,186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	**597.429**	389.022
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos Outros Resultados Abrangentes - ORA	**38**	2.649
Efeito dos impostos	**227**	(1.192)
Total	**265**	1.457
Ativos financeiros mensurados ao valor justo - VJORA	**3.648**	-
Efeito dos impostos	**(1.241)**	-
Total	**2.407**	-
Total de itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	**2.672**	1.457
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**600.101**	390.479
Atribuível a:		
Acionistas controladores	**600.101**	390.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

						Reservas de Lucros				
	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva Legal	Reservas de reforço de Capital de giro	Reservas de Incentivos fiscais	Lucros ou prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2017		606.505	19.030	(28.729)	20.471	3.107	-	-	1.202	621.586
Emissão de ações ordinárias		1.144.000	-	-	-	-	-	-	-	1.144.000
Gastos com emissão de ações, líquidas de impostos		(30.619)	-	-	-	-	-	-	-	(30.619)
Plano de ações		-	9.836	-	-	-	-	-	-	9.836
Venda de ações em tesouraria para pagamento de plano de compra de ações		-	8.228	14.774	-	-	-	-	-	23.002
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	389.022	-	389.022
Destinações:										
Reserva legal		-	-	-	19.451	-	-	(19.451)	-	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(3.107)	-	(6.200)	-	(9.307)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-		(75.000)	-	(75.000)
Reservas de lucros		-	-	-	-	220.072	68.299	(288.371)	-	-
		1.719.886	37.094	(13.955)	39.922	220.072	68.299	-	1.202	2.072.520
Outros resultados abrangentes:										
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	1.457	1.457
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**1.719.886**	**37.094**	**(13.955)**	**39.922**	**220.072**	**68.299**	**-**	**2.659**	**2.073.977**
Dividendos declarados	**22**	-	**-**	**-**	**-**	**(50.000)**	**-**	**-**	**-**	**(50.000)**
Plano de ações	**22**	**-**	**17.673**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**17.673**
Ações em tesouraria	**22**	**-**	**-**	**(87.984)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(87.984)**
Venda de ações em tesouraria para pagamento de plano de ações	**22**	**-**	**(2.592)**	**14.924**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**12.332**
Adoção inicial IFRS 9 e 15 na controladora	**5**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(24.411)**	**-**	**-**	**-**	**(24.411)**
Adoção inicial IFRS 9 em controlada em conjunto	**5/15**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(56.816)**	**-**	**-**	**-**	**(56.816)**
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**597.429**	**-**	**597.429**
Destinações:	**22**									
Reserva legal		**-**	**-**	**-**	**25.723**	**-**	**-**	**(25.723)**	**-**	**-**
Dividendos e juros sobre capital próprio		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(182.000)**	**-**	**(182.000)**
Reservas de lucros		**-**	**-**	**-**	**-**	**306.715**	**82.991**	**(389.706)**	**-**	**-**
		1.719.886	**52.175**	**(87.015)**	**65.645**	**395.560**	**151.290**	**-**	**2.659**	**2.300.200**
Outros resultados abrangentes:										
Ajuste de avaliação patrimonial		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.672**	**2.672**
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**1.719.886**	**52.175**	**(87.015)**	**65.645**	**395.560**	**151.290**	**-**	**5.331**	**2.302.872**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		**597.429**	389.022	**597.429**	389.022
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	13	**187.808**	87.087	**189.434**	87.851
Depreciação e amortização	16 e 17	**161.811**	142.099	**163.690**	143.059
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	19	**49.714**	180.742	**49.714**	180.759
Rendimento de títulos e valores mobiliários		**(18.299)**	(53.244)	**(18.299)**	(53.244)
Equivalência patrimonial	14 e 15	**(61.841)**	(92.022)	**(57.757)**	(86.156)
Movimentação da provisão para perdas em ativos		**130.212**	88.692	**130.550**	88.582
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	**98.428**	49.832	**95.113**	45.279
Resultado na venda de ativo imobilizado	26	**88**	(2.875)	**88**	(2.875)
Apropriação da receita diferida	26	**(76.947)**	(42.820)	**(76.947)**	(42.820)
Despesas com plano de opção de ações		**17.673**	5.594	**17.673**	5.594
Lucro líquido do exercício ajustado		**1.086.076**	752.107	**1.090.688**	755.051
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		**(910.101)**	(712.268)	**(925.580)**	(713.915)
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros		**867.363**	(399.682)	**867.149**	(399.682)
Estoques		**(878.508)**	(402.908)	**(882.998)**	(408.717)
Contas a receber de partes relacionadas		**(98.920)**	(26.315)	**(92.707)**	(25.707)
Tributos a recuperar		**(85.443)**	73.465	**(85.919)**	73.175
Outros ativos		**2.406**	(39.017)	**2.962**	(39.084)
Variação nos ativos operacionais		**(1.103.203)**	(1.506.725)	**(1.117.093)**	(1.513.930)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		**1.170.434**	544.552	**1.185.107**	554.581
Salários, férias e encargos sociais		**18.972**	47.031	**19.946**	48.174
Tributos a recolher		**22.170**	6.304	**22.420**	7.171
Contas a pagar a partes relacionadas		**32.548**	16.563	**32.543**	16.566
Outras contas a pagar		**74.045**	125.160	**71.778**	124.736
Variação nos passivos operacionais		**1.318.169**	739.610	**1.331.794**	751.228
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(96.622)**	(29.040)	**(100.589)**	(31.799)
Recebimento de dividendos		**39.444**	60.374	**31.364**	58.927
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		**1.243.864**	16.326	**1.236.164**	19.477
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	16	**(284.531)**	(100.529)	**(285.072)**	(101.995)
Aquisição de ativo intangível	17	**(76.490)**	(67.228)	**(79.334)**	(68.819)
Recebimento de venda de imobilizado		**-**	3.152	**-**	3.152
Aumento de capital em controlada em conjunto e AFAC em controladas	14	**(46.332)**	(5.425)	**(30.000)**	-
Investimento em controlada		**(3.212)**	(1.000)	**294**	(996)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		**(410.565)**	(171.030)	**(394.112)**	(168.658)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	19	**-**	502.617	**-**	502.617
Pagamento de empréstimos e financiamentos	19	**(412.590)**	(1.433.953)	**(412.590)**	(1.434.097)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	19	**(53.157)**	(214.018)	**(53.157)**	(214.029)
Pagamento de dividendos		**(114.273)**	(32.369)	**(114.273)**	(32.369)
Alienação (aquisição) de ações em tesouraria	22	**(75.652)**	27.244	**(75.652)**	27.244
Recursos provenientes da emissão de ações		**-**	1.144.000	-	1.144.000
Pagamento de gastos com emissão de ações, líquido de tributos		**-**	(30.619)	-	(30.619)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		**(655.672)**	(37.098)	**(655.672)**	(37.253)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**177.627**	(191.802)	**186.380**	(186.434)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**370.926**	562.728	**412.707**	599.141
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**548.553**	370.926	**599.087**	412.707
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**177.627**	(191.802)	**186.380**	(186.434)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	**17.853.991**	13.525.956	**18.089.439**	13.729.413
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	**(59.737)**	(41.914)	**(59.737)**	(41.921)
Outras receitas operacionais	**63.125**	36.240	**66.912**	40.505
	17.857.379	13.520.282	**18.096.614**	13.727.997
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das mercadorias revendidas e dasprestações de serviços	**(11.628.141)**	(9.062.145)	**(11.739.569)**	(9.135.777)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(1.456.354)**	(1.046.521)	**(1.503.073)**	(1.082.723)
Perda e recuperação de valores ativos	**(44.203)**	(36.244)	**(44.541)**	(36.127)
	(13.128.698)	(10.144.910)	**(13.287.183)**	(10.254.627)
Valor adicionado bruto	**4.728.681**	3.375.372	**4.809.431**	3.473.370
Depreciação e amortização	**(161.811)**	(142.099)	**(163.690)**	(143.059)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**4.566.870**	3.233.273	**4.645.741**	3.330.311
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**61.841**	92.022	**57.757**	86.156
Receitas financeiras	**149.528**	159.363	**133.929**	110.107
Valor adicionado total a distribuir	**4.778.239**	3.484.658	**4.837.427**	3.526.574
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	**992.772**	811.069	**1.010.082**	825.353
Benefícios	**255.431**	185.325	**258.282**	188.064
FGTS	**86.841**	74.235	**88.293**	75.376
	1.335.044	1.070.629	**1.356.657**	1.088.793
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	**719.926**	277.573	**729.386**	284.548
Estaduais	**1.280.216**	857.949	**1.303.768**	870.253
Municipais	**53.648**	45.127	**55.275**	47.073
	2.053.790	1.180.649	**2.088.429**	1.201.874
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	**354.119**	472.137	**355.585**	473.853
Aluguéis	**374.707**	335.511	**375.598**	336.198
Outras	**63.150**	36.710	**63.729**	36.834
	791.976	844.358	**794.912**	846.885
Remuneração de capital próprio:				
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	**182.000**	75.000	**182.000**	75.000
Lucro retidos	**415.429**	314.022	**415.429**	314.022
	4.778.239	3.484.658	**4.837.427**	3.526.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstraçõescontábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Informações gerais

O Magazine Luiza S.A. (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “MGLU3” e atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis, por meio de lojas físicas e virtuais ou por comércio eletrônico. Através de suas controladas em conjunto (nota explicativa 15), oferece serviços de operações de empréstimos, financiamentos e seguros aos seus clientes. Sua sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua Controladora e “holding” é a LTD Administração e Participação S.A.

O Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidos como “Companhia” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía 954 lojas (858 lojas em 31 de dezembro de 2017) e12 centros de distribuição (10 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2017) localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País e atuava nos sites de comércio eletrônico www.magazineluiza.com.br e www.epocacosmeticos.com.br.

Em 20 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações contábeis.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial ReportingInterpretationsCommittee (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis de cada controlada, bem como as demonstrações contábeis utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo

método de equivalência patrimonial são preparadas em reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detem, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação - % 2018	Participação - % 2017
Época Cosméticos	Comércio eletrônico de perfumes e cosméticos	**100%**	**100%**
Integra Commerce	Integração e gestão de relacionamento entre lojistas e marketplaces	**100%**	**100%**
Luiza Administradora de Consórcios (LAC)	Administradora de consórcios	**100%**	**100%**
Logbee	Empresa de tecnologia aplicada a logística	**100%**	**-**
Softbox Sistemas de Informação	Soluções tecnológicas para varejo e indústrias de bens de consumo	**100%**	**-**
Certa Administração	Marketplace de serviços financeiros	**100%**	**-**
Kelex Tecnologia	Integração e gestão de relacionamento entre lojistas e marketplaces	**100%**	**-**

As demonstrações contábeis consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa n° 8.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis são contempladas as seguintes eliminações:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

3. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, exceto pela adoção das IFRS 09 e 15, que entraram em vigor a partir de 1° de janeiro de 2018, cujas políticas e impactos estão divulgados na nota explicativa 5.

3.1. Transações e atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e

monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.2. Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”)

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

iii) Alocação dos saldos de ágio

O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa (divisão de lojas físicas) e é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

3.3. Ajustes a valor presente

As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas. Vendas e compras são descontadas para determinar o valor presente na data das transações e considerando os prazos de parcelamento.

A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber”. Sua realização é registrada na rubrica “Receitas de revendas de mercadorias”, também pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica “Fornecedores” com contrapartida na conta de “Estoques”. Sua

reversão é registrada na rubrica “Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços” pela fruição de prazo.

3.4. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.5. Benefício de empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos elegíveis é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os elegíveis adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non-vestingconditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refleltir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

3.6. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações contábeis individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

3.7. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa 23 - Receita líquida de vendas: determinação se a Companhia atua como agente na transação ou como principal; e
- Nota explicativa 32- Arrendamentos compromissados: determinação se um contrato contém um arrendamento e classificação de arrendamento mercantil.

b) Incertezas sobre estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.2 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos;
- Nota explicativa 9 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Nota explicativa 10 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques.
- Nota explicativa 13 - Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 14 - Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.
- Nota explicativa 16 e 17 - Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração.
- Nota explicativa 17 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. A determinação do ágio na aquisição de redes de empresas de varejo é um processo complexo e envolve um alto

grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão;

- Notas explicativas 21- Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis

Adoção inicial do CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47/ IFRS 15- Receita de Contrato com Cliente

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47/IFRS 15 -Receitas de Contratos com Clientes usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data de aplicação inicial (ou seja, 1° de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com as normas anteriormente vigentes.

O quadro abaixo demonstra os efeitos patrimoniais da adoção inicial:

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		Saldo anterior	Ajuste adoção inicial		Saldo após adoção inicial	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial		Saldo após adoção inicial
		01/01/2018	IFRS9	IFRS15	01/01/2018	01/01/2018	IFRS9	IFRS15	01/01/2018
Ativo									
Circulante									
Contas a receber	5-b)	1.233.983	(34.209)	-	**1.199.774**	1.241.290	(34.209)	-	**1.207.081**
Estoques	5- a)	1.953.963	-	2.458	**1.956.421**	1.969.333	-	2.458	**1.971.791**
Contas a receber com partes relacionadas		99.985	(2.010)	-	**97.975**	96.766	(2.010)	-	**94.756**
Demais ativos		1.905.127	-	-	**1.905.127**	1.950.228	-	-	**1.950.228**
Total do ativo circulante		5.193.058	(36.219)	2.458	**5.159.297**	5.257.617	(36.219)	2.458	**5.223.856**
Não circulante									
Imposto de renda e contribuição social diferidos		219.321	12.315	261	**231.897**	223.100	12.315	261	**235.676**
Investimentos em controladas em conjunto	5-b)	311.347	(56.816)	-	**254.531**	311.347	(56.816)	-	**254.531**
Demais ativos		1.655.863	-	-	**1.655.863**	1.627.449	-	-	**1.627.449**
Total do ativo não circulante		2.186.531	(44.501)	261	**2.142.291**	2.161.896	(44.501)	261	**2.117.656**
Total do ativo		7.379.589	(80.720)	2.719	**7.301.588**	7.419.513	(80.720)	2.719	**7.341.512**
Passivo									
Circulante									
Demais passivos		3.840.660	-	-	**3.840.660**	3.606.038	-	-	**3.606.038**
Outras contas a pagar	5-a)	261.773	-	3.226	**264.999**	529.998	-	3.226	**533.224**
Total do passivo circulante		4.102.433	-	3.226	**4.105.659**	4.136.036	-	3.226	**4.139.262**
Não circulante									
Total do passivo não circulante		1.203.179	-	-	**1.203.179**	1.209.500	-	-	**1.209.500**
Total do passivo		5.305.612	-	3.226	**5.308.838**	5.345.536	-	3.226	**5.348.762**
Patrimônio líquido		2.073.977	(80.720)	(507)	**1.992.750**	2.073.977	(80.720)	(507)	**1.992.750**
Total do Passivo e Patrim.líquido		7.379.589	(80.720)	2.719	**7.301.588**	7.419.513	(80.720)	2.719	**7.341.512**

a) CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas e interpretações relacionadas.

O efeito da aplicação inicial dessa norma é atribuído principalmente:

- Estimativa da contraprestação variável relacionada às devoluções de mercadorias.

	01/01/2018
Receita líquida de vendas	(3.226)
Custo das mercadorias revendidas	2.458
IR/CS	261
Efeito da adoção inicial	**(507)**

A Companhia avaliou os impactos do programa de fidelização de clientes, devoluções de serviços, serviços oferecidos gratuitamente e não foiidentificado valores materiais para ajuste na adoção inicial.

b) CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

i) Classificação e mensuração de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge).

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um um instrumento patrimonial a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros mensurados ao VJORA (ver nota explicativa 29): Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	**91.928**	**91.928**
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	Empréstimos e recebíveis	VJORA	**837.201**	**817.717**
Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e de acordos comerciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	**408.830**	**394.105**
Contas a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	**54.428**	**54.428**
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	Empréstimos e recebíveis	VJR	**42.338**	**40.328**
Mantidos para negociação - Equivalentes de caixa	A valor justo por meio do resultado	VJR	**320.779**	**320.779**
Mantidos para negociação - Títulos e valores mobiliários - Fundo não exclusivos	A valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	**10.995**	**10.995**
Mantidos para negociação - Títulos e valores mobiliários - Fundo exclusivo	A valor justo por meio do resultado	VJR	**1.247.180**	**1.247.180**
Instrumentos Derivativos Ativo	A valor justo por meio do resultado	VJR	**1.378**	**1.378**
			3.015.057	**2.978.838**

ii) *Impairment* de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e aos mensurados a VJORA. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações "*forward looking*". A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Apresentação do *impairment*

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para os ativos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA.

As perdas por *impairment* relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA.

Impacto do novo modelo de *impairment*

Para ativos no escopo do modelo de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9, as perdas por *impairment* devem aumentar e se tornar mais voláteis.

Contas a receber e ativos contratuais

A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 12 meses.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como: nível de risco de crédito e status de inadimplência. A experiência real de perda de crédito foi ajustada por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos macroeconômicos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A seguir apresentaremos o efeito total do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

	01/01/2018
Contas a receber-Cartão de Crédito-VJORA	(19.483)
Contas a receber - PCLD - *Impairment*	(14.726)
Contas a receber com partes relacionadas - Cartão de Crédito - VJR	(2.010)
Investimentos em controlada em conjunto - *Impairment*	(56.816)
IR/CS	12.315
Efeito da adoção inicial	**(80.720)**

6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia no período de aplicação inicial.

(a) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus contratos que foram anteriormente classificados como arrendamentos operacionais. A Companhia optará por utilizar as isenções para contratos de arrendamento de curto prazo e de baixo valor. A natureza das despesas relacionadas aos arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia atualmente reconhece uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhece ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá um direito de uso e obrigações adicionais de arrendamento no montate aproximado de R$ 2,7 bilhões em 1º de janeiro de 2019. A Companhia espera que a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em debêntures descritos na nota explicativa 19.

Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar devido a determinadas premissas utilizadas pela Companhia, ainda estarem sujeitas a refinamentos, dentre elas:
- definição de prazos dos contratos, incluindo julgamento sobre renovações;
- premissas relacionadas a taxas de descontos que levam em consideração, dentre outros, avaliações de risco de crédito da Companhia, ajustadas aos prazos, garantias e valores dos contratos de arrendamento;
- uso de taxa de desconto real (desconsiderando a inflação);
- fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento que foram estimados brutos de PIS e COFINS, desconsiderando os valores de créditos que a Companhia espera obter desses impostos.

- a Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

b) IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A Companhia está em fase de avaliação dos impactos da norma, porém não espera efeitos significativos da adoção.

c) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Administração da Companhia define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Na nota explicativa 29 está descrita a prática e política de risco de crédito.

		Controladora		Consolidado	
	Taxas	2018	2017	2018	2017
Caixa		**62.874**	38.614	**62.985**	38.621
Bancos		**73.186**	51.946	**75.310**	53.307
Certificados de depósitos bancários	De 70% a 101% CDI	**409.710**	280.173	**416.401**	293.150
Fundos de investimentos não exclusivos	101% CDI	**2.783**	193	**44.391**	27.629
Total de caixa e equivalentes de caixa		**548.553**	370.926	**599.087**	412.707

A análise de risco crédito e análise de sensibilidade estão apresentadas na Nota 29.

8. Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros

Ativos financeiros	Taxas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Títulos e valores mobiliários					
Fundo de investimento não exclusivo	97% CDI	**11.455**	10.995	**11.669**	10.995
Fundo de investimento exclusivo:	(a)				
Títulos públicos federais e operações compromissadas		**397.656**	1.242.828	**397.656**	1.242.828
Depósitos a prazo e outros títulos		**-**	4.352	**-**	4.352
	Nota 11	**397.656**	1.247.180	**397.656**	1.247.180
Total de títulos e valores mobiliários		**409.111**	1.258.175	**409.325**	1.258.175
Outros ativos financeiros - registrados ao valor justo por meio do resultado					
Swap a receber - *Hedge* de valor justo	(b)	**-**	1.378	**-**	1.378
Total de títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros		**409.111**	1.259.553	**409.325**	1.259.553
Circulante		**409.111**	1.259.553	**409.111**	1.259.553
Não Circulante		**-**	-	**214**	-

(a) Refere-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a carteira estava distribuída nas modalidades de investimentos descritas na tabela acima, que estão atreladas a títulos e operações financeiras e referenciadas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com o objetivo de retornar a rentabilidade média de 103% do CDI à Companhia.

(b) Contabilização de *hedge* de valor justo, conforme detalhado na Nota 29.

A análise de risco crédito e análise de sensibilidade estão apresentadas na Nota 29.

9. Contas a receber

Política contábil

Contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos de revendas parceladas no crediário e com cartão de crédito, contas a receber por serviços prestados, recebíveis de bonificações com fornecedores e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, os índices de perdas históricos por faixa de vencimento da carteira, conforme mencionado na nota 5.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de clientes:				
Cartões de crédito (a)	**1.477.322**	818.154	**1.492.316**	820.267
Cartões de débito (a)	**13.967**	16.934	**13.967**	16.934
Crediário próprio (b)	**224.146**	164.725	**229.229**	165.373
Demais contas a receber (c)	**150.091**	63.517	**151.801**	63.517
Total de contas a receber de clientes	**1.865.526**	1.063.330	**1.887.313**	1.066.091
Provenientes de acordos comerciais (d)	**279.346**	252.146	**284.431**	256.697
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(73.510)**	(42.672)	**(73.510)**	(42.672)
Ajuste a valor presente	**(39.106)**	(34.080)	**(39.106)**	(34.085)
Total de contas a receber	**2.032.256**	1.238.724	**2.059.128**	1.246.031
Circulante	**2.024.685**	1.233.983	**2.051.557**	1.241.290
Não circulante	**7.571**	4.741	**7.571**	4.741

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 30 dias (20 dias em 31 de dezembro de 2017), na controladora e consolidado.

(a) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas por meio dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das operadoras em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda do produto. Em 31 de dezembrode 2018, a Controladora possuía créditos cedidos a instituições financeiras que montavam R$1.360.242 (R$ 1.506.129 em 31 de dezembro de 2017) e Consolidado R$1.385.779 (R$ 1.528.700 em 31 de dezembro de 2017), sobre os quais é aplicado um desconto que varia de 104,5% a 107,0% do CDI. A Companhia, por meio das operações de cessão de recebíveis em cartões, transfere para às operadoras e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, líquida as contas a receber relativas a esses créditos. Com adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, a diferença entre o valor de face e o valor justo dos recebíveis passou a ser registrado em outros resultados abrangentes e após a efetivação da liquidação do contas a receber registrados respectivos encargos financeiros, se houver, no resultado do exercício.

(b) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela Companhia e por outras instituições financeiras.

(c) Estas vendas são intermediadas pela Controladora para a Luizaseg e Cardif. A Controladora destina às suas parceiras o valor da garantia estendida e outros seguros, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação. Adicionalmente, nessa rubrica estão alocados os recebíveis por serviços de marketplace e outros serviços.

(d) Refere-se a bonificações a serem recebidas de fornecedores devido ao atendimento do volume de compras, negociações pontuais de campanhas de vendas, bem como de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	**(42.672)**	(29.535)	**(42.672)**	(29.535)
(+) Adições	**(86.008)**	(52.448)	**(86.008)**	(52.455)
(+) Adoção inicial IFRS09	**(14.726)**	-	**(14.726)**	-
(-) Baixas	**69.896**	39.311	**69.896**	39.318
Saldo final	**(73.510)**	(42.672)	**(73.510)**	(42.672)

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é como segue:

	Contas a receber de clientes				Provenientes de acordos comerciais			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Valores a vencer:								
Até 30 dias	**168.436**	151.232	**190.223**	153.993	**45.816**	92.319	**50.901**	96.870
Entre 31 e 60 dias	**114.711**	99.316	**114.711**	99.316	**123.446**	106.629	**123.446**	106.629
Entre 61 e 90 dias	**122.706**	66.499	**122.706**	66.499	**69.490**	23.797	**69.490**	23.797
Entre 91 e 180 dias	**880.668**	284.648	**880.668**	284.648	**31.459**	17.186	**31.459**	17.186
Entre 181 e 360 dias	**524.688**	430.941	**524.688**	430.941	**1.513**	1.837	**1.513**	1.837
Acima de 361 dias	**14.348**	10.202	**14.348**	10.202	**-**	1.103	**-**	1.103
	1.825.557	1.042.838	**1.847.344**	1.045.599	**271.724**	242.871	**276.809**	247.422
Valores vencidos:								
Até 30 dias	**11.425**	6.105	**11.425**	6.105	**2.282**	5.499	**2.282**	5.499
Entre 31 e 60 dias	**7.160**	3.599	**7.160**	3.599	**1.779**	284	**1.779**	284
Entre 61 e 90 dias	**6.027**	3.065	**6.027**	3.065	**802**	148	**802**	148
Entre 91 e 180 dias	**15.357**	7.723	**15.357**	7.723	**2.759**	3.344	**2.759**	3.344
	39.969	20.492	**39.969**	20.492	**7.622**	9.275	**7.622**	9.275
Total	**1.865.526**	1.063.330	**1.887.313**	1.066.091	**279.346**	252.146	**284.431**	256.697

A análise de risco crédito está apresentada na Nota 29.

10. Estoques

Política contábil

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição e a descontos comerciais. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda e provisão para obsolescência que considera mercadorias encaminhadas à assistência técnica e a provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercadorias para revenda	**2.850.966**	2.000.926	**2.871.342**	2.016.812
Material para consumo	**8.699**	9.073	**8.699**	9.073
Provisões para perdas nos estoques	**(68.939)**	(56.036)	**(69.793)**	(56.552)
Total	**2.790.726**	1.953.963	**2.810.248**	1.969.333

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui estoques de mercadorias para revendas dadas em garantias de processos judiciais, em fase de execução, no montante aproximado de R$30.761 (R$ 24.364 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	**(56.036)**	(40.894)	**(56.552)**	(41.527)
Constituição da provisão	**(44.203)**	(36.244)	**(44.541)**	(36.127)
Estoques baixados ou vendidos	**31.300**	21.102	**31.300**	21.102
Saldo final	**(68.939)**	(56.036)	**(69.793)**	(56.552)

11. Partes relacionadas

Empresa	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Luizacred (i)								
Comissões por serviços prestados	**10.176**	10.919	**10.176**	10.919	**162.544**	130.004	**162.544**	130.004
CDC	**3.439**	2.533	**3.439**	2.533	**-**	-	**-**	-
Cartão de crédito	**106.687**	42.338	**106.687**	42.338	**(232.550)**	(169.955)	**(232.550)**	(169.955)
Repasses de recebimentos	**(58.367)**	(43.631)	**(58.367)**	(43.631)	**-**	-	**-**	-
Dividendos a receber	**1.322**	-	**1.322**	-	**-**		**-**	
Reembolso de despesa compartilhadas	**12.221**	-	**12.221**	-	**73.816**	63.703	**73.816**	63.703
	75.478	12.159	**75.478**	12.159	**3.810**	23.752	**3.810**	23.752
Luizaseg (ii)								
Comissões por serviços prestados	**46.825**	30.435	**46.825**	30.435	**352.252**	272.089	**352.252**	272.089
Dividendos a receber	**4.976**	9.869	**4.976**	9.869	**-**	-	**-**	-
Repasses de recebimentos	**(55.600)**	(43.373)	**(55.600)**	(43.373)	**-**	-	**-**	-
Clawback – contrato exclusividade	**(4.282)**	-	**(4.282)**	-	**-**	-	**-**	-
	(8.081)	(3.069)	**(8.081)**	(3.069)	**352.252**	272.089	**352.252**	272.089
Total de controladas em conjunto	**67.397**	9.090	**67.397**	9.090	**356.062**	295.841	356.062	295.841
Luiza Administradora de Consórcio ("LAC") (iii)								
Comissões por serviços prestados	**1.286**	1.087	**-**	-	**12.413**	12.035	**-**	-
Dividendos a receber	**2.093**	1.782	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Grupo de Consórcios	**(1.063)**	(590)	**(1.063)**	(590)	**-**	-	**-**	-
	2.316	2.279	**(1.063)**	(590)	**12.413**	12.035	**-**	-
Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. (iv)								
Comissões por serviços prestados	**66**	22	**-**	-	**360**	127	**-**	-
Donatelo - "Integra Commerce"(v)								
Reembolso de despesas compartilhadas	**-**	328	**-**	-	**148**	328	**-**	-
Abelha - "Logbee"(vi)								
Despesas com fretes	**-**	-	**-**	-	**(1.929)**	-	**-**	-
Total de controladas	**2.382**	2.629	**(1.063)**	(590)	**10.992**	12.490	**-**	-
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (vii)								
Aluguéis e outras despesas	**(1.222)**	(1.176)	**(1.225)**	(1.179)	**(23.573)**	(22.107)	**(23.616)**	(22.149)
PJD Agropastoril Ltda. (viii)								
Aluguéis, fretes e outras despesas	**(31)**	(44)	**(58)**	(76)	**(2.607)**	(2.610)	**(2.969)**	(2.989)
LH Agropastoril, Administração de participações Ltda. (ix)								
Aluguéis	**(77)**	-	**(77)**	-	**(911)**	-	**(911)**	-
ETCO - Sociedade em Conta de Participação (x)								
Comissão de agenciamento -"Fee"	**-**	-	**-**	-	**(6.229)**	(8.770)	**(6.229)**	(8.770)
Despesa com veiculação de mídia	**(167)**	-	**(167)**	-	**(200.612)**	(176.261)	**(200.612)**	(176.261)
	(167)	-	**(167)**	-	**(206.841)**	(185.031)	**(206.841)**	(185.031)
Total de outras partes relacionadas	**(1.497)**	(1.220)	**(1.527)**	(1.255)	**(233.932)**	(209.748)	**(234.337)**	(210.169)
Total partes relacionadas	**68.282**	10.499	**64.807**	7.245	**133.122**	98.583	**121.725**	85.672

Reconciliação	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de partes relacionadas	**193.635**	99.985	**190.190**	96.766
Contas a pagar a partes relacionadas	**(125.353)**	(89.486)	**(125.383)**	(89.521)
Total	**68.282**	10.499	**64.807**	7.245

Demais partes relacionadas: Títulos e valores mobiliários	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fundos de investimentos (xi)	**397.656**	1.247.180	**397.656**	1.247.180	**17.992**	52.268	**17.992**	52.268

(i) As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades:

(a) Recebíveis em cartões de crédito *private label* e despesas financeiras com antecipação de tais recebíveis;

(b) Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Controladora;

(c) Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia, que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, indicação de seguros vinculados aos produtos e serviços financeiros. Acesso aos sistemas e rede de telecomunicações, além de arquivamento e disponibilidade de espaço físico nos pontos de venda. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred;

(ii) Os valores a receber (ativo circulante) e receitas da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., são decorrentes de comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia referentes às vendas de garantias estendidas e dividendos propostos. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses de garantias estendidas vendidas, realizados à Luizaseg, em sua totalidade, no mês subsequente às vendas. Em 2018 foi registrado um saldo a pagar decorrente a "clawback" do contrato de exclusividade firmado em 2015 (nota 20).

(iii) Os valores a receber (ativo circulante) da LAC, controlada integral, referem-se a dividendos propostos,às comissões pelas vendas efetuadas pela Controladora como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à LAC referentes às prestações de consórcios recebidas pela Controladora nos caixas dos seus pontos de venda.

(iv) As transações com a Campos Floridos- "Época Cosméticos", controlada integral, referem-se ao custo de aquisição de mercadorias para revenda e também comissões com vendas via plataforma de *Marketplace* da controladora.

(v) As transações com a Donatelo - "Integra Commerce", controlada integral, referem-se a reembolso de despesas compartilhadas.

(vi) As transações com a Abelha - "Logbee", controlada integral, referem-se a despesas com frete.

(vii) As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. ("MTG"), controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição e escritório central e reembolso de despesas.

(viii) As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de imóveis comerciais para estabelecimento de suas lojas, aluguéis de caminhões para fretes de mercadorias e despesas com copa e cozinha.

(ix) As transações com a LH Agropastoril, Administração Participações Ltda., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais.

(x) As transações com a ETCO, Sociedade em Conta de Participação que tem como sócia participante empresa controlada pela presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica.

(xi) Refere-se às operações de aplicação, resgate e rendimentos com os fundos de investimentos exclusivos (ML Renda Fixa Crédito Privado FI e FI Caixa ML RF Longo Prazo, vide Nota 8 - Títulos e valores mobiliários).

b) Remuneração da Administração

	2018		2017	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa e variável	**3.833**	**25.264**	2.968	11.274
Plano de incentivos atrelados a ações	**94**	**4.913**	188	1.400

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia, sendo que determinados colaboradores elegíveis são beneficiários de plano de incentivos atrelados as ações, mencionado na nota explicativa 22. É política interna da Companhia o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos seus colaboradores. Tais valores são provisionados em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atendimento de metas. Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, em 13 de abril de 2018, a remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em que é previsto o limite máximo de remuneração de R$ 28.480.

12. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS a recuperar (a)	**411.267**	341.473	**411.267**	341.495
IRPJ e CSLL a recuperar	**8.718**	-	**10.544**	142
IRRF a recuperar	**642**	7.793	**749**	7.794
PIS e COFINS a recuperar	**27.230**	13.148	**29.242**	14.767
Outros	**2.513**	2.513	**2.513**	2.513
	450.370	364.927	**454.315**	366.711
Ativo circulante	**299.746**	198.894	**303.691**	200.678
Ativo não circulante	**150.624**	166.033	**150.624**	166.033

(a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto aos estados de origem do crédito.

13. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto corrente

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Subvenções Governamentais para Investimento

Subvenções governamentais para investimento são reconhecidas como redutoras de impostos sobre as vendas, quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

a) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**785.237**	476.109	**786.863**	476.873
Alíquota nominal vigente	**34%**	34%	**34%**	34%
Expectativa débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	**(266.981)**	(161.877)	**(267.533)**	(162.137)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial	**21.026**	31.287	**19.637**	29.293
Efeito de juros sobre o capital próprio a pagar	**38.080**	25.500	**38.080**	25.500
Efeito de subvenção governamental [(1)]	**28.217**	23.222	**28.217**	23.222
Efeito da inovação tecnológica	**6.002**	4.892	**6.002**	4.892
Efeito de juros sobre o capital próprio a receber	**(9.265)**	(9.363)	**(9.265)**	(9.363)
Outras exclusões permanentes, líquidas	**(4.887)**	(748)	**(4.572)**	742
Débito de imposto de renda e contribuição social	**(187.808)**	(87.087)	**(189.434)**	(87.851)
Corrente	**(128.640)**	(73.201)	**(132.913)**	(76.823)
Diferido	**(59.168)**	(13.886)	**(56.521)**	(11.028)
Total	**(187.808)**	(87.087)	**(189.434)**	(87.851)
Taxa efetiva	23,9%	18,3%	24,1%	18,4%

(1) A Companhia possui subvenção para investimentos, concedida por alguns entes governamentais onde possui operação, na forma de créditos presumidos de ICMS. As subvenções governamentais são registradas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de receita líquida de vendas. Até o encerramento do exercício de 2018 e 2017, a Companhia cumpriu com todos os requisitos solicitados pelos termos de subvenção, tais como cumprimento de obrigações fiscais, manutenção dos empregos acordados, faturamento mínimo e manutenção de estrutura logística com espaço físico apropriado para estocagem de mercadorias no ente governamental concedente.

b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora							
	Saldo em 01/01/2017	Resultado	Compensação prejuízo fiscal com PERT	Saldo em 31/12/2017	Resultado	Adoção IFRS 09 e 15	VJORA	Saldo em 31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:								
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	147.479	(25.680)	(7.882)	113.917	**(57.777)**	**-**	**-**	**56.140**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.042	4.466	-	14.508	**5.478**	**5.007**	**-**	**24.993**
Provisão para perda nos estoques	13.904	5.148	-	19.052	**4.387**	**-**	**-**	**23.439**
Provisão para ajustes a valor presente	5.890	2.758	-	8.648	**258**	**-**	**-**	**8.906**
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	93.518	7.509	-	101.027	**12.399**	**-**	**-**	**113.426**
Variações cambiais	14.895	(10.212)	-	4.683	**(4.683)**	**-**	**-**	**-**
Outras provisões	4.553	6.603	-	11.156	**3.115**	**7.569**	**(1.241)**	**20.599**
	290.281	(9.408)	(7.882)	272.991	**(36.823)**	**12.576**	**(1.241)**	**247.503**
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:								
Amortização de intangível	(40.788)	(891)	-	(41.679)	**-**	**-**	**-**	**(41.679)**
Depósitos judiciais	(6.203)	(2.793)	-	(8.996)	**(22.138)**	**-**	**-**	**(31.134)**
Outros	(2.201)	(794)	-	(2.995)	**(207)**	**-**	**-**	**(3.202)**
	(49.192)	(4.478)	-	(53.670)	**(22.345)**	**-**	**-**	**(76.015)**
	241.089	(13.886)	(7.882)	219.321	**(59.168)**	**12.576**	**(1.241)**	**171.488**

	Consolidado								
	Saldo em 01/01/2017	Resultado	Compensação prejuízo fiscal com PERT	Saldo em 31/12/2017	Resultado	Adoção IFRS 09 e 15	Adivindo de aquisição de controlada	VJORA	Saldo em 31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:									
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	147.907	(22.772)	(7.882)	117.253	**(55.249)**	**-**	**-**	**-**	**62.004**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.042	4.466		14.508	**5.478**	**5.007**	**-**	**-**	**24.993**
Provisão para perda nos estoques	14.120	5.109		19.229	**4.500**	**-**	**-**	**-**	**23.729**
Provisão para ajustes a valor presente	5.913	2.758		8.671	**235**	**-**	**-**	**-**	**8.906**
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	93.722	7.513		101.235	**12.463**	**-**	**3.098**	**-**	**116.796**
Variações cambiais	14.895	(10.212)		4.683	**(4.683)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras provisões	4.603	6.588		11.191	**3.080**	**7.569**	**-**	**(1.241)**	**20.599**
	291.202	(6.550)	(7.882)	276.770	**(34.176)**	**12.576**	**3.098**	**(1.241)**	**257.027**
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:									
Amortização de intangível	(40.788)	(891)	-	(41.679)	**-**	**-**	**-**	**-**	**(41.679)**
Depósitos judiciais	(6.203)	(2.793)	-	(8.996)	**(22.138)**	**-**	**-**	**-**	**(31.134)**
Outros	(2.201)	(794)	-	(2.995)	**(207)**	**-**	**-**	**-**	**(3.202)**
	(49.192)	(4.478)	-	(53.670)	**(22.345)**	**-**	**-**	**-**	**(76.015)**
	242.010	(11.028)	(7.882)	223.100	**(56.521)**	**12.576**	**3.098**	**(1.241)**	**181.012**

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração. A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Ano de realização		
2019	117.714	118.678
2020	23.134	23.808
2021	13.421	19.959
2022	7.798	8.472
2023 em diante	9.421	10.095
	171.488	**181.012**

14. Investimentos em controladas

a. Combinação de Negócios

Política Contábil

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Abelha Serviços de Hospedagem na Internet Ltda - ME - "Logbee"

Em 07 de maio de 2018, foi celebrado o contrato de aquisição de 100% das cotas de capital da startup de tecnologia aplicada à logística Logbee, de São Paulo (SP), que é uma plataforma que gerencia em tempo real entregas expressas de produtos leves, realizadas diariamente por diversos parceiros, empreendedores e donos de seus próprios veículos.

Contraprestação transferida

Caixa	3.000
Contraprestação contingente	5.000
Total negociado	8.000

O valor de contraprestação contingente está vinculado ao cumprimento de determinadas metas da Logbee ao longo de 5 anos.

Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

	Valor justo
Ativo circulante	424
Intangível (i)	3.954
Ativo não circulante	4
Total do ativo	4.382
Passivo circulante	138
Patrimônio líquido	4.244
Total do passivo e patrimônio líquido	4.382

Ágio gerado na aquisição

Contraprestação transferida	8.000
Valor justo dos ativos líquidos indentificáveis	(4.244)
Ágio gerado na aquisição	3.756

(i) A Companhia contratou empresa independente de consultoria especializada para identificação dos ativos intangíveis e melhor alocação do preço de aquisição. Tais valores foram atribuídos principalmente à plataforma de tecnologia relacionada a entregas de mercadorias desenvolvida pela adquirida. Os valores estão divulgados na nota explicativa 17.

Técnicas de avaliação dos ativos adquiridos

As técnicas avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

a) Marca: utilizado o método Relief-from-Royalty, que captura as economias de royalties associadas a possuir a marca, ao invés de obter licença para utilizá-la.

b) Software: utilizado o método Withor Withoute calcula a diferença na geração de fluxos de caixa futuros entre dois cenários, um com o software e um cenário hipotético sem este ativo.

c) Carteira de clientes: utilizado o método de Renda, que enfoca na capacidade de formação de renda do ativo identificado ou negócio.

d) Força de trabalho: utilizado o método de custo de reposição.

O ágio pago de R$ 3.756 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos da sinergia decorrente da aquisição da Logbee e não tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

"Grupo Softbox"

Em 13 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade de controle das empresas Softbox Sistemas de Informação, Certa Administração e Kelex Tecnologia, que conjuntamente passamos a chamar de "Grupo Softbox" ou apenas "Softbox".

A Softbox possui 256 colaboradores, sendo 174 desenvolvedores e especialistas em tecnologia, e oferece soluções para empresas de varejo e indústria de bens de consumo que desejam vender digitalmente ao consumidor final. A grande maioria das empresas brasileiras ainda está excluída do mundo digital, sem acesso a nenhum marketplace. Com a aquisição da Softbox, a Companhia vai ajudar na transformação de empresas analógicas em empresas digitais.

Contraprestação transferida

O preço base de aquisição definido em contrato foi de R$ 41.850, dividido em três formas de pagamento: i) R$ 13.950 integralmente pagos no "*closing*" do processo de aquisição; ii) R$ 13.950 a serem pagos ao longo de 5 anos; e iii) R$ 13.950 a serem pagos em 5 anos mediante cessão de ações da Companhia, ou fundos imediatamente disponíveis em caso de inviabilidade da cessão de ações, sendo a quantidade de ações calculada na data de aquisição.

Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

	Valor justo
Ativo circulante	9.592
Ativo não circulante	6.012
Total do ativo	15.604

	Valor justo
Passivo circulante	4.796
Empréstimos não circulantes	1.822
Provisão para riscos tributários (i)	9.111
Passivo a descoberto	(125)
Total do passivo e patrimônio líquido	15.604

(i) Provisão para determinados passivos contingentes identificados no processo de Due Dilligence.

Ágio gerado na aquisição

Contraprestação transferida	41.850
Valor justo do passivo a descoberto	125
Ágio gerado na aquisição	41.975

A Companhia contratou uma avaliação independente dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos, trabalho este que não foi finalizado até a divulgação dessas demonstrações contábeis. Assim, a contabilização da aquisição poderá ser revista na medida queo trabalho de avaliação se encerrar.

b. Movimentação dos investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Informações das controladas

	Época		LAC		Integra		Logbee	Softbox	Certa Adm	Kelex
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2018	2018	2018
Quotas/ações possuídas	**12.855**	12.855	**6.500**	6.500	**100**	100	**16.726**	**5.431.666**	**100**	**100**
	100%	100%	**100%**	100%	**100%**	100%	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Ativos circulantes	**43.540**	26.101	**48.378**	41.436	**122**	241	**1.390**	**9.306**	**191**	**120**
Ativos não circulantes	**9.417**	10.666	**3.723**	3.904	**1.055**	2.498	**70**	**2.914**	**-**	**-**
Passivos circulantes	**37.434**	23.233	**13.047**	12.982	**335**	607	**796**	**4.789**	**2**	**28**
Passivos não circulantes	**-**	3.784	**2.512**	2.537	**-**	-	**-**	**1.822**	**-**	**-**
Capital social	**28.605**	16.755	**6.500**	6.500	**3.856**	1.025	**1.651**	**6.447**	**100**	**100**
Patrimônio líquido	**15.523**	5.023	**36.542**	29.821	**842**	112	**664**	**5.609**	**189**	**92**
Receita líquida	**127.098**	79.007	**71.251**	65.352	**306**	758	**2.762**	**-**	**-**	**-**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(1.351)**	(846)	**8.814**	7.505	**(2.102)**	(793)	**(1.277)**	**-**	**-**	**-**

b. Movimentação dos investimentos em controladas - Continuação

Movimentação dos investimentos	Época		LAC		Integra		Logbee	Softbox
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2018
Saldos iniciais	**46.577**	42.923	**29.821**	24.099	**2.132**	-	**-**	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	**11.851**	4.500	**-**	-	**2.831**	925	**1.650**	-
Investimentos em controladas	**-**	-	**-**	-	**-**	2.000	**8.000**	**41.850**
Dividendos distribuídos	**-**	-	**(2.093)**	(1.783)	**-**	-	**-**	-
Resultado de equivalência patrimonial	**(1.351)**	(846)	**8.814**	7.505	**(2.102)**	(793)	**(1.277)**	-
Saldos finais	**57.077**	46.577	**36.542**	29.821	**2.861**	2.132	**8.373**	**41.850**

Total de investimento em controladas por empresa	PL Controladas	Ágio	Mais valia	Saldo em 2018
Época Cosméticos	**15.523**	**36.827**	**4.727**	**57.077**
Administradora de Consórcio ("LAC")	**36.542**	-	-	**36.542**
Integra "Donatelo"	**841**	**-**	**2.020**	**2.861**
Abelha "Logbee"	**663**	**3.756**	**3.954**	**8.373**
Grupo Softbox (Softox, Certa e Kelex)	**(125)**	**-**	**41.975**	**41.850**
	53.444	**40.583**	**52.676**	**146.703**

Total de investimento em controladas por empresa	PL Controladas	Ágio	Maisvalia	Saldoem 2017
Época Cosméticos	5.023	36.827	4.727	46.577
Administradora de Consórcio ("LAC")	29.821	-	-	29.821
Integra "Donatelo"	112	-	2.020	2.132
	34.956	36.827	6.747	78.530

15. Investimentos em controladas em conjunto

Política Contábil

O investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. A partir da data de aquisição, o valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture*.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes na Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da *joint venture,* a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a *joint venture* são eliminados em proporção à participação na *joint venture*.

As demonstrações contábeis da *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *joint venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. A Companhia não identificou evidências objetivas para reconhecer redução ao valor recuperável em 2018 e 2017.

	Luizacred (a)		Luizaseg (b)	
	2018	2017	2018	2017
Ações totais - em milhares	**1.054**	978	**133.883**	133.883
Percentual de participação direta	**50%**	50%	**50%**	50%
Ativos circulantes	**7.447.394**	5.108.440	**233.745**	174.120
Ativos não circulantes	**854.518**	550.506	**349.992**	320.376
Passivos circulantes	**7.560.045**	4.903.194	**238.613**	194.592
Passivos não circulantes	**165.347**	168.604	**117.549**	91.246
Capital social	**371.102**	291.700	**133.883**	133.883
Patrimônio líquido	**576.520**	587.148	**227.575**	208.658
Receitas líquidas	**2.002.175**	1.688.512	**474.950**	395.602
Lucro líquido do exercício	**87.650**	137.524	**41.924**	34.788

Movimentação dos investimentos	Luizacred		Luizaseg	
	2018	2017	2018	2017
Saldos iniciais	**293.574**	275.477	**17.773**	18.353
Dividendos propostos	**(22.323)**	(50.665)	**(11.768)**	(19.431)
Outros resultados abrangentes	**-**	-	**265**	1.457
Adoção inicial IFRS 9	**(56.816)**	-	**-**	-
Aumento de capital	**30.000**			
Lucros não realizados	**-**	-	**(7.030)**	-
Resultado de equivalência patrimonial	**43.825**	68.762	**20.962**	17.394
Saldos finais	**288.260**	293.574	**20.202**	17.773

Total de investimentos em controladas em conjunto

	2018	2017
Luizacred (a)	**288.260**	293.574
Luizaseg (b)	**113.788**	104.329
Luizaseg - Lucros não realizados (c)	**(93.586)**	(86.556)
Total de investimentos em controladas em conjunto	**308.462**	311.347

(a) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades financeiras e operacionais relevantes. A Luizacred é controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. e tem por objeto, a oferta, a distribuição e a comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes na rede de lojas da Controladora.

(b) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades de garantias e operacionais relevantes. A Luizaseg é controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A. e tem por objeto o desenvolvimento, a venda e a administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil por meio da rede de lojas da Controladora.

(c) Lucros não realizados decorrentes de transações de intermediação de vendas de seguros de garantia estendida para a controlada em conjunto Luizaseg.

16. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e obras em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de ativos imobilizados está descrita na nota explicativa 3.2.

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi a seguinte:

a) *Controladora*

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Móveis e utensílios	94.113	49.296	(19.108)	(646)	3.240	126.895
Máquinas e equipamentos	67.920	21.975	(5.591)	(158)	82	84.228
Veículos	11.073	10.225	(3.532)	(60)	-	17.706
Computadores e periféricos	38.606	40.728	(16.361)	(122)	35	62.886
Benfeitorias	333.311	-	(53.204)	(10)	47.833	327.930
Obras em andamento	8.251	150.438	-	(311)	(49.921)	108.457
Outros	13.811	11.869	(2.960)	(90)	(1.269)	21.361
	567.085	**284.531**	**(100.756)**	**(1.397)**	**-**	**749.463**

	Saldo em 01/01/2017	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Móveis e utensílios	91.039	18.733	(16.684)	(401)	1.426	94.113
Máquinas e equipamentos	64.761	9.271	(5.066)	(242)	(804)	67.920
Veículos	13.796	403	(3.452)	326	-	11.073
Computadores e periféricos	35.699	16.385	(13.417)	(130)	69	38.606
Benfeitorias	331.004	-	(50.657)	(128)	53.092	333.311
Obras em andamento	11.831	49.744	-	(232)	(53.092)	8.251
Outros	11.190	5.993	(2.532)	(149)	(691)	13.811
	559.320	**100.529**	**(91.808)**	**(956)**	**-**	**567.085**

	2018			2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	**246.549**	**(119.654)**	**126.895**	196.822	(102.709)	94.113
Máquinas e equipamentos	**124.261**	**(40.033)**	**84.228**	102.761	(34.841)	67.920
Veículos	**41.957**	**(24.251)**	**17.706**	32.410	(21.337)	11.073
Computadores e periféricos	**208.843**	**(145.957)**	**62.886**	169.584	(130.978)	38.606
Benfeitorias	**719.399**	**(391.469)**	**327.930**	673.263	(339.952)	333.311
Obras em andamento	**108.457**	**-**	**108.457**	8.251	-	8.251
Outros	**37.517**	**(16.156)**	**21.361**	27.178	(13.367)	13.811
	1.486.983	**(737.520)**	**749.463**	1.210.269	(643.184)	567.085

b) Consolidado

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Adição por aquisição de controlada	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Móveis e utensílios	94.129	49.298	-	(19.110)	(646)	3.240	126.911
Máquinas e equipamentos	67.922	21.975	-	(5.591)	(160)	82	84.228
Veículos	11.073	10.225	-	(3.532)	(60)	-	17.706
Computadores e periféricos	38.659	40.770	-	(16.370)	(122)	35	62.972
Benfeitorias	333.311	-	-	(53.204)	(10)	47.833	327.930
Obras em andamento	8.251	150.438	-	-	(311)	(49.921)	108.457
Outros	15.682	12.366	2.687	(3.325)	(92)	(1.269)	26.049
	569.027	**285.072**	**2.687**	**(101.132)**	**(1.401)**	**-**	**754.253**

	Saldo em 01/12/2017	Adições	Adição por aquisição de controlada	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Móveis e utensílios	91.039	18.750	-	(16.685)	(401)	1.426	94.129
Máquinas e equipamentos	64.761	9.273	-	(5.066)	(242)	(804)	67.922
Veículos	13.796	403	-	(3.452)	326	-	11.073
Computadores e periféricos	35.699	16.437	3	(13.419)	(130)	69	38.659
Benfeitorias	331.004	-	-	(50.657)	(128)	53.092	333.311
Obras em andamento	11.831	49.744	-	-	(232)	(53.092)	8.251
Outros	11.937	7.388	-	(2.802)	(150)	(691)	15.682
	560.067	**101.995**	**3**	**(92.081)**	**(957)**	**-**	**569.027**

	2018			2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	**246.567**	**(119.656)**	**126.911**	196.839	(102.710)	94.129
Máquinas e equipamentos	**124.261**	**(40.033)**	**84.228**	102.763	(34.841)	67.922
Veículos	**41.957**	**(24.251)**	**17.706**	32.410	(21.337)	11.073
Computadores e periféricos	**208.940**	**(145.968)**	**62.972**	169.639	(130.980)	38.659
Benfeitorias	**719.399**	**(391.469)**	**327.930**	673.263	(339.952)	333.311
Obras em andamento	**108.457**	**-**	**108.457**	8.251	-	8.251
Outros	**44.596**	**(18.547)**	**26.049**	31.071	(15.389)	15.682
	1.494.177	**(739.924)**	**754.253**	1.214.236	(645.209)	569.027

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou R$ 2.146 (R$ 1.569 em 31 de dezembro de 2017), referente aos custos de empréstimos capitalizados para a abertura de novas lojas e aquisição de instalações e de equipamentos. Foi utilizada a taxa média dos empréstimos para efetuar o cálculo dos custos de empréstimos passíveis de serem capitalizados.

c) Taxas de depreciação

As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

	2018	2017
Móveis e utensílios	**10%**	10%
Máquinas e equipamentos	**5%**	5%
Aeronaves	**5%**	5%
Veículos leves	**20%**	20%
Veículos pesados	**14,3%**	14,3%
Computadores e periféricos	**20%**	20%
Benfeitorias	**7,6%**	7,8%

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía bens imobilizados totalmente depreciados em operação no montante de R$ 154.632 (R$175.460 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda.

d) *Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"*
Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

17. Intangível

Política contábil

Os ativos intangíveis representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio) são amortizados linearmente por 10 anos, período que reflete a melhor estimativa da Administração sobre o tempo mínimo de permanência em imóvel alugado.

Os ágios apurados em aquisições de investimentos são inicialmente mensurados como o excedente da contraprestação transferida em relaçãoaos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável, conforme descrito na nota 3.2.

Os softwares referem-se ao custo de aquisição do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Enquanto tais desenvolvimentos não são encerrados, os saldos são controlados no grupo de "Projetos em andamento".

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios referem-se, substancialmente, aos ágios apurados em aquisições de investimentos. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados, sendo reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de intangíveis está descrita na nota explicativa 3.2.

A movimentação do intangível, durante osexercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi a seguinte:

a) Controladora

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Ágio	313.856	-	-	-	-	313.856
Fundo de comércio	27.334	74	(5.063)	-	-	22.345
Software e desenvolvimento interno	143.735	18.499	(55.992)	(7)	50.012	156.247
Projetos em andamento	1.067	57.917	-	-	(50.012)	8.972
Outros	119	-	-	-	-	119
486.111	**76.490**	**(61.055)**	**(7)**	**-**	**501.539**	

	Saldo em 01/01/2017	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Ágio	313.856	-	-	-	-	313.856
Fundo de comércio	33.303	150	(6.098)	(452)	431	27.334
Software e desenvolvimento interno	119.880	11.844	(44.179)	-	56.190	143.735
Projetos em andamento	2.567	55.219	-	(98)	(56.621)	1.067
Marcas e patentes	14	-	(14)	-	-	-
Outros	104	15	-	-	-	119
469.724	**67.228**	**(50.291)**	**(550)**	**-**	**486.111**	

	2018			2017		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	**325.451**	**(11.595)**	**313.856**	325.451	(11.595)	313.856
Fundo de comércio	**139.479**	**(117.134)**	**22.345**	139.719	(112.385)	27.334
Software e desenvolvimento interno	**398.661**	**(242.414)**	**156.247**	330.157	(186.422)	143.735
Projetos em andamento	**8.972**	**-**	**8.972**	1.067	-	1.067
Marcas e patentes	**-**	**-**	**-**	211	(211)	-
Outros	**6.654**	**(6.535)**	**119**	6.444	(6.325)	119
879.217	**(377.678)**	**501.539**	803.049	(316.938)	486.111	

b) Consolidado

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Adições por aquisição de controlada	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Ágio	352.703	-	45.731	-	-	-	398.434
Fundo de comércio	29.073	74	495	(5.063)	-	-	24.579
Software e desenvolvimento interno	146.011	21.317	3.108	(57.489)	(7)	50.012	162.952
Projetos em andamento	1.067	57.917	-	-	-	(50.012)	8.972
Marca e patentes	3.387	-	262	-	-	-	3.649
Outros	119	26	97	(6)	-	-	236
532.360	**79.334**	**49.693**	**(62.558)**	**(7)**	**-**	**598.822**	

	Saldo em 01/01/2017	Adições	Adições por aquisição de controladora	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Ágio	350.683	-	2.020	-	-	-	352.703
Fundo de comércio	35.042	150	-	(6.098)	(452)	431	29.073
Software e desenvolvimento interno	121.252	13.435	-	(44.866)	-	56.190	146.011
Projetos em andamento	2.567	55.219	-	-	(98)	(56.621)	1.067
Marca e patentes	3.401	-	-	(14)	-	-	3.387
Outros	104	15	-	-	-	-	119
	513.049	**68.819**	**2.020**	**(50.978)**	**(550)**	**-**	**532.360**

	2018			2017		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	**410.029**	**(11.595)**	**398.434**	364.298	(11.595)	352.703
Fundo de comércio	**141.713**	**(117.134)**	**24.579**	141.458	(112.385)	29.073
Software e desenvolvimento interno	**409.119**	**(246.167)**	**162.952**	334.696	(188.685)	146.011
Projetos em andamento	**8.972**	**-**	**8.972**	1.067	-	1.067
Marcas e patentes	**3.649**	**-**	**3.649**	3.598	(211)	3.387
Outros	**6.429**	**(6.193)**	**236**	6.444	(6.325)	119
	979.911	**(381.089)**	**598.822**	851.561	(319.201)	532.360

As despesas relativas à amortização dos ativos intangíveis são registradas na rubrica de "Depreciação e amortização", no resultado do exercício.

Testes de não recuperação do ágio e intangíveis

O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

O teste de não recuperação para o ágio na aquisição de novas redes de empresas de varejo compreende a apuração dos valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC), a qual corresponde ao agrupamento de todas as lojas das redes adquiridas, que totalizaram R$ 350.683 em 2018 e 2017 e já foram incorporadas.

O valor em uso da UGC é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

	Taxa (a.a)
Fluxo de caixa descontado - taxa de desconto, antes dos impostos	12,0% (1)
Taxa de crescimento médio ponderado nos 5 primeiros anos	3,5%
Perpetuidade	3,5%

(1) Taxa CAPM (Custo Médio de Capital Próprio).

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para a UGC baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos 5 exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ágios registrados.

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercadorias para revenda - mercado interno	**4.022.357**	2.897.609	**4.050.931**	2.914.743
Outros fornecedores	**81.108**	34.332	**89.319**	38.945
Ajuste a valor presente	**(35.006)**	(33.916)	**(35.006)**	(34.147)
Total de fornecedores	**4.068.459**	2.898.025	**4.105.244**	2.919.541

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a receber o valor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor e recebe, subsequentemente, uma comissão do Banco por essa intermediação e confirmação dos títulos a pagar. Essa comissão é registrada como receita financeira.

A operação acima realizada pela Companhia não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia a classifica na rubrica de Fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores, e com aceite da Companhia, somava R$ 781.549 (R$ 294.905 em 31 de dezembro de 2017).

As contas a pagar aos fornecedores são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de “Estoques”. A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica “Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços” pela fruição de prazo.

19. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargo	Garantias	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
				2018	2017	2018	2017
Capital de giro em moeda estrangeira	1,43% a.a. a 6,41% a.a +	N/A	Mar/18	-	52.519	-	52.519
Capital de giro em moeda nacional	110,7% a 125,3% do CDI	Avais	Nov/18	-	251.600	-	251.600
Debêntures - oferta restrita - 7ª. Emissão	113,5% do CDI	Clean	Jul/20	**306.545**	305.116	**306.545**	305.116
Notas promissórias (a)	109,0% a 112,0% do CDI	Clean	Mai/19	**113.931**	212.343	**113.931**	212.343
Arrendamentos Mercantis Financeiros (b)	2.5% a.a. a CDI + 2,88%	Alienação fiduciária	Dez/19	**1.055**	9.226	**1.055**	9.226
Financiamento de Inovação - FINEP (c)	4% a.a.	Fiança bancária	Dez/22	**29.620**	37.024	**29.620**	37.024
Financiamento de Expansão - BNB (d)	7% a.a.	Fiança bancária	Dez/22	**2.936**	3.670	**2.936**	3.670
Outros				-	-	**1.880**	-
Total de empréstimos e financiamentos				**454.087**	871.498	**455.967**	871.498
Passivo circulante				**130.685**	434.294	**130.743**	434.294
Passivo não circulante				**323.402**	437.204	**325.224**	437.204

(a) A Companhia realizou as seguintes emissões de notas promissórias:

Emissões	Principal R$ mil	Data de Emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado	
						2018	2017
3ªemissão- 1ª.série	100.000	10/05/2017	10/05/2018	20	109,0% do CDI	-	106.085
3ªemissão- 2ª.série	100.000	10/05/2017	10/05/2019	20	112,0% do CDI	**113.931**	106.258
						113.931	212.343

(b) Refere-se a contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática e software, cujos contratos possuem vencimentos finais em 2019.

(c) Refere-se a contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas.

(d) A Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com o objetivo de modernizar, reformar as lojas da região nordestina e construir um novo Centro de Distribuição no município de Candeias (BA).

Conciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	**871.498**	1.848.638	**871.498**	1.848.776
Captação	**-**	502.617	**-**	502.617
Advindo de aquisição de controlada	**-**	-	**1.880**	-
Pagamento de principal	**(412.590)**	(1.433.953)	**(412.590)**	(1.434.097)
Pagamento de juros	**(53.157)**	(214.018)	**(53.157)**	(214.029)
Juros provisionados	**49.714**	180.742	**49.714**	180.759
Hedge de valor justo	**(1.378)**	(12.528)	**(1.378)**	(12.528)
Saldo final	**454.087**	871.498	**455.967**	871.498

Cronograma dos vencimentos

O cronograma de pagamento da parcela dos empréstimos e financiamentos está demonstrado abaixo:

Vencimento	Consolidado	Consolidado
2019	130.685	130.743
2020	307.588	309.410
2021	7.907	7.907
2022	7.907	7.907
Total	**454.087**	**455.967**

Covenants

A 7ª Emissão de Debêntures possui cláusula restritiva ("*covenants*") equivalente à manutenção da relação "Dívida líquida ajustada/EBITDA Ajustado" não superior a 3,0 vezes.

Por dívida líquida ajustada, deve-se entender o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, incluídas as debêntures, excluindo-se disponibilidade de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, recebíveis de cartão de crédito não antecipados. A métrica de cálculo utilizada para o EBITDA ajustado segue a instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, deduzido de eventos operacionais (receita/despesas) de caráter extraordinário, conforme escritura das debêntures e divulgados na nota explicativa 29.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia estava adimplente à cláusula restritiva ("covenants") descrita acima.

20. Receita diferida

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Receita diferida com terceiros:		
Contrato de exclusividade com Cardif (a)	**122.283**	157.552
Contrato de exclusividade com Banco Itaúcard S.A. (b)	**109.000**	121.500
Outros contratos	**-**	2.409
	231.283	281.461
Receita diferida com partes relacionadas:		
Contrato de exclusividade com a Luizacred (b)	**121.854**	132.942
Contrato de exclusividade com a Luizaseg(a)	**77.000**	96.000
	198.854	228.942
Total de receitas diferidas	**430.137**	510.403
Passivo circulante	**39.157**	41.566
Passivo não circulante	**390.980**	468.837

(a) Em 14 de dezembro de 2015, foi estabelecido novo Acordo de Aliança Estratégica com empresas do grupo Cardif e com Luizaseg, visando a extensão dos direitos e obrigações previstos nos acordos entre as partes vencidos em 31 de dezembro de 2015, pelo período adicional de 10 anos e com prazo de vigência de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025. Esse acordo proporcionou o ingresso de R$ 330.000 no caixa da Companhia. Desse montante, R$ 42.000 foram destinados à controlada em conjunto Luizacred, tendo em vista que os seguros atrelados ao cartão de crédito são de exclusividade da Luizacred. O reconhecimento da receita da Companhia decorrente deste acordo é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato, sendo parte condicionado ao atingimento de determinadas metas.

(b) Em 27 de setembro de 2009, a Companhia celebrou um “Acordo de Associação” junto ao Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú”) e ao Banco Itaúcard S.A., por meio do qual a Companhia cedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos. Pela referida associação, as instituições Itaú pagaram à vista o montante de R$ 250.000, sendo: (i) R$ 230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso, e; (ii) R$ 20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, metas estas cumpridas, em sua totalidade, ao fim do exercício de 2014.

Em 29 de dezembro de 2010, as partes assinaram o primeiro aditivo ao acordo de associação com a Luizacred, por meio do qual estendeu a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na rede de lojas então adquiridas na região nordeste do Brasil (Lojas Maia), pelo prazo de 19 anos. Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R$ 160.000 à Companhia, que são apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R$ 20.000, mencionado no parágrafo acima, foi aumentado para R$ 55.000.

Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou o segundo aditamento ao acordo de associação com a Luizacred, em virtude da aquisição da New-Utd (“Lojas do Baú”). Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R$ 48.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação.

21. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Política contábil

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

Controladora

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	246.122	16.173	34.843	297.138
Adições	75.169	7.500	4.401	87.070
Reversão	-	(2.840)	-	(2.840)
Pagamentos	(6.942)	(5.862)	(5.318)	(18.122)
Atualizações	14.198	-	-	14.198
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**328.547**	**14.971**	**33.926**	**377.444**

Consolidado

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	249.906	16.339	35.289	301.534
Adições	75.169	8.027	5.174	88.370
Adições advinda de comb.negócio	9.111	-	-	9.111
Reversão	(3.784)	(3.223)	(448)	(7.455)
Pagamentos	(6.942)	(5.962)	(5.499)	(18.403)
Atualizações	14.198	-	-	14.198
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**337.658**	**15.181**	**34.516**	**387.355**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a natureza das principais causas da Companhia, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

a) Processos tributários

A Companhia discute administrativa e judicialmente vários processos de natureza tributária, classificados como perda provável, portanto estão provisionados. Esses processos envolvem tributos federais, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 perfaz R$ 50.562 (R$ 42.969 em 31 de dezembro de 2017), tributos estaduais, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 perfaz R$ 117.278 (R$ 62.085 em 31 de dezembro de 2017) e tributos municipais no montante de R$ 61(R$ 59 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia possui ainda provisão para outras discussões judiciais as quais tem realizado depósitos judiciais, bem como provisões relacionadas com combinação de negócio de suas adquiridas, as quais envolvem tributos federais, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 perfaz R$ 169.395 (R$ 141.009 em 31 de dezembro de 2017). Os tributos estaduais não apresentaram provisões em 31 de dezembro de 2018 (R$ 3.784 em 31 de dezembro de 2017) e os tributos municipais, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 perfaz R$ 362 e não apresentava saldos em 2017.

b) Processos cíveis

A provisão para riscos cíveis consolidada no montante de R$ 15.181em 31 de dezembro de 2018 (R$ 16.339 em 31 de dezembro de 2017), está relacionada a reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos.

c) Processos trabalhistas

Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas.

O valor provisionado de R$ 34.516 em 31 de dezembro de 2018 (R$ 35.289 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos.

Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, a Companhia possui em depósitos judiciais no montante de R$ 349.239 em 31 de dezembro de 2018 (R$ 310.901 em 31 de dezembro de 2017).

d) Passivos contingentes - possíveis de perda

A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores atribuídos às discussões envolvendo tributos federais perfaz, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R$ 1.360.610 (R$ 963.786 em 31 de dezembro de 2017), já em relação aos tributos estaduais os riscos possíveis perfazem em 31 de dezembro de 2018 o montante de R$ 475.383 (R$ 423.877 em 31 de dezembro de 2017) e quanto aos tributos municipais perfazem em 31 de dezembro de 2018 o montante de R$ 1.401 (R$ 1.309 em 31 de dezembro de 2017).

Dentre as principais ações de natureza tributária, classificadas como perda possível, destacamos: (i) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a natureza/conceito das bonificações/reembolsos de seus fornecedores para fins de tributação do PIS/COFINS, além da caracterização de algumas despesas ligadas à sua atividade fim como insumos para fins de créditos de PIS/COFINS; (ii) Processo Judicial em que a Companhia discute a violação de diversos princípios jurídicos da Lei nº 13.241/2015, a qual extinguiu a isenção das Contribuições ao PIS e a COFINS sobre as receitas oriundas de vendas de produtos elegíveis ao Processo Básico de Produção. Segundo análise de seus assessores jurídicos internos e externos as chances de perda são possíveis com viés de remotas; (iii) Processos em que a Companhia discute com os fiscos estaduais supostos créditos oudivergências de ICMS; (iv) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco estadual autuações de cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de fornecedores posteriormente declarados inidôneos; (v) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a majoração da alíquota RAT; (vi) Diversas autuações em que a Companhia discute a cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de alguns de seus fornecedores, em razão destes terem se aproveitado de benefício fiscal concedido por outro Estado da Federação. Além disso, informa ainda que acompanha a evolução de todas as discussões periodicamente de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.

Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e

trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

e) Processos de natureza ativa

A Companhia situa-se como autora (no polo ativo das ações) em outros processos tributários de diversas naturezas, ou seja, ingressou com ações contra os vários entes tributantes a fim de recuperar tributos pagos e/ou cobrados indevidamente por tais entes. Dentre as principais ações, destaca-se a discussão judicial sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, que na Companhia perfaz o montante de aproximadamente R$ 642.215 incluindo atualização monetária (R$ 620.289 em 31 de dezembro de 2017) de tributos já recolhidos e outras discussões envolvendo créditos de PIS e COFINS em montantes de aproximadamente R$ 367.175 (R$ 304.188 em 31 de dezembro de 2017). Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal finalizou o julgamento, na sistemática de repercussão geral, declarando inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo destas contribuições. Assim, a Companhia está avaliando com seus assessores jurídicos o levantamento e atualização monetária dos créditos acobertados por suas ações judiciais.

22. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	Quantidade de ações	Participação %
Acionistas controladores	121.345.657	63,7%
Ações em circulação	67.618.534	35,5%
Ações em tesouraria	1.627.273	0,8%
Total	**190.591.464**	**100,0%**

As ações detidas por acionistas controladores que são membros do Conselho de Administração e/ou da diretoria executiva estão inseridas na linha de acionistas controladores.

De acordo com o artigo n° 7 do Estatuto Social, a Companhia pode aumentar o seu capital social, nos termos do artigo 168 da Lei n° 6.404/76, mediante emissão de 50.000.000 ações ordinárias.

a) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva de capital o valor de R$ 52.175 (R$ 37.094 em 31 de dezembro de 2017).

Plano de opção de compra de ações

1ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações

Para este Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano") tornaram-se elegíveis a receber opções de compra de ações, os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia. Na primeira outorga do Plano, em 5 de janeiro de 2012, foram concedidas 1.274.732 opções pelo preço de exercício a R$ 13,60.

O Plano vigorará pelo prazo de oito anos a contar da data de outorga do mesmo. As opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que o beneficiário permanecesse ininterruptamente vinculado, como administrador ou colaborador da Companhia, entre a data de outorga e as datas especificadas a seguir: 20% das opções poderiam ser exercidas a partir de 1º de março de 2012 e, a partir desta data, adicionais 20% poderiam ser exercidas a cada ano de vinculação do beneficiário à Companhia. Tais opções quando exercidas são liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais da Companhia.

2ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações

A segunda outorga do Plano de Opção de Ações foi aprovada em 25 de outubro de 2013. Nesta oportunidade, foram outorgadas 1.213.476 opções e foi fixado o preço de exercício em R$ 9,45. Tal plano terá prazo máximo de exercício de 12 anos, a contar da data da assinatura do mesmo, porém deverá ser observado o prazo de carência a seguir: 25% das opções poderiam ser exercidas a partir de 29 de outubro 2015; 25% das opções poderiam ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2016 e 25% das opções poderiam ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2017, desde que o beneficiário permanecesse ininterruptamente vinculado à Companhia.

Valor justo

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão aplicando o modelo de precificação de opções Black & Scholes, considerando as seguintes premissas:

Premissa	1ª Outorga	2ª Outorga
Expectativa de vida média das opções (a)	5,5 anos	5,5 anos
Volatilidade média anualizada	43,5%	37,9%
Taxa de juros livre de risco	10%	6%
Média ponderada do valor justo das opções concedidas	R$6,65	R$6,06

(a) Representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o turn over médio dos beneficiários do plano.

A tabela a seguir demonstra a movimentação da quantidade de opções de ações e a média ponderada do preço de exercício (MPPE):

	Quantidade	MPPE[1]
Em circulação em 1° de janeiro de 2017	698.920	R$10,88
exercidas durante o período[2]	(1.439.940)	R$ 11,77
Em circulação em 31 de dezembro de 2017	698.920	R$ 10,88
exercidas durante o período[2]	**(319.944)**	**R$ 11,14**
Em circulação em 31 de dezembro de 2018	**378.976**	**R$ 10,66**

[1]Média Ponderada do Preço de Exercício das Opções de Ações: calculada com base nos termos contratuais, sem considerar a correção monetária do preço de exercício.

[2]O preço médio ponderado das ações na data de exercício das opções foi de R$ 97,64 em 2018 e R$ 50,50 em 2017.

Plano de incentivo baseado em ações - “matching de ações”

Foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária no dia 20 de abril de 2017, o novo plano de incentivo atrelado a ações da Companhia. O plano tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração, sendo elegíveis a participar os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas e controladas em conjunto.

Os objetivos principais do plano são: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos beneficiários.

No dia 28 de junho de 2017 foi aprovado o primeiro programa relacionado a este plano, que figurará no modelo de “matching de ações”, onde para cada ação ordinária adquirida pelo beneficiário na adesão ao programa, a Companhia outorgará o direito de receber, gratuitamente, 3 ações ordinárias da Companhia. A transferência da propriedade das ações será realizada de acordo com prazo de carência máximo de quatro anos e dez meses a contar de 30 de junho de 2017.

Foram outorgadas o total de 551.448 ações como “matching” aos beneficiários, por adesão ao programa. O valor justo das ações outorgadas foi estimado na data de concessão do direito aos beneficiários, tendo por base o valor de mercado das ações ordinárias da Companhia negociadas na BMF&BOVESPA (B3), ou seja, R$ 31,06.

No dia 28 de março de 2018 foi aprovado pelo Conselho de Administração o 2° programa de “matching de ações”, onde foram outorgadas 292.293 ações aos beneficiários, no mesmo formato do 1° programa, sendo que a transferência da propriedade das ações será realizada de acordo com o prazo de carência máximo de cinco anos, a contar da data de outorga - 05 de abril de 2018. Nessa mesma reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o 1° programa de ações restritas, onde a Companhia transferirá o total de 66.968 ações aos beneficiários durante o prazo de carência de 3 anos a contar da data de outorga - 05 de abril de 2018. O valor justo das ações outorgadas em ambos os programas foi estimado na data de concessão do direito aos beneficiários, tendo por base o valor de mercado das ações ordinárias da Companhia negociadas na B3, ou seja, R$ 98,42.

Os efeitos das transações com pagamento baseado em ações foram registrados no resultado do exercício pelo valor justo de cada plano, resultando em uma despesa no montante de R$ 17.673 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R$ 9.836em 31 de dezembro de 2017).

b) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva legal o valor de R$ 65.645 (R$ 39.922 em 31 de dezembro de 2017).

c) Ações em tesouraria

Em 22 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a criação do programa de recompra de ações no montante de 3.000.000 de ações. A partir deste programa até o encerramento do exercício a Companhia adquiriu 868.400 ações ao custo médio de R$ 101,32 e montante de R$ 87.984.

No exercício de 2018, ocorreu a realização de plano de opção de ações com ações em tesouraria no montante de R$ 14.924.

d) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Em 12 de março de 2018 foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos no montante de R$ 50.000, em adição aos R$ 75.000 já declarados aos acionistas a título de juros sobre capital próprio, relacionadas a competência 2017.

Em 21 de dezembro de 2018 foi aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 112.000. Adicionalmente a Companhia propõe distribuição adicional de dividendos no montante de R$ 70.000.

e) Reservas de lucros

Na rubrica de Reserva de lucros estão imputados os efeitos da adoção inicial do IFRS 09 e IFRS 15, conforme descrito na nota explicativa n° 5.

Assim, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia tem registrado na rubrica de Reservas de lucros:

Período	Reserva de reforço para capital de giro	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucro
2018	395.560	151.290	546.850
2017	220.072	68.299	288.371

f) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem registrado na rubrica de Ajustes de avaliação patrimonial o montante de R$ 5.331 (R$ 2.659 em 31 de dezembro de 2017).

f) Lucro por ação

Os cálculos dos lucros por ações básico e diluído estão divulgados a seguir:

	Lucro básico		Lucro diluído	
	2018	2017	2018	2017
Média das ações ordinárias	**190.591.464**	178.858.131	**190.591.464**	178.858.131
Efeito das ações em tesouraria	**(1.627.273)**	(2.279.966)	**(1.627.273)**	(2.279.966)
Efeito diluidor de ações (a)	**-**	-	**1.466.134**	1.407.480
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	**188.964.191**	176.578.165	**190.430.325**	177.985.645
Lucro líquido	**597.429**	389.022	**597.429**	389.022
Lucro por ação em Reais	**3,162**	2,203	**3,137**	2,186

a) Considera o efeito de ações exercíveis de acordo com os planos de incentivo atrelado a ações, divulgados acima

23. Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue:

Revenda de mercadorias - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtém o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados;
- É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens serão transferidos ao cliente.

A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período e premissas especificadas. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

Receita de prestações de serviços:
a) é apurada pela intermediação de serviços financeiros para suas *joint ventures*, bem como outras empresas parceiras da Companhia;
b) é apurada pela prestação de serviços relacionadas a integração e gestão entre lojistas e marketplaces.

As receitas de prestações de serviços são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado serão transferidos pela Companhia.

Administração de consórcios: na controlada Luiza Administradora de Consórcios, a receita com taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta:				
Varejo - revenda de mercadorias	**17.863.053**	13.528.956	**18.016.152**	13.621.626
Varejo - prestações de serviços	**796.567**	587.878	**802.153**	628.840
Outros serviços	**-**	-	**78.208**	70.638
	18.659.620	14.116.834	**18.896.513**	14.321.104
Impostos e devoluções:				
Varejo - revenda de mercadorias	**(3.178.321)**	(2.242.903)	**(3.204.322)**	(2.256.566)
Varejo - prestações de serviços	**(95.562)**	(74.904)	**(95.623)**	(75.002)
Outros serviços	**-**	-	**(6.124)**	(5.286)
	(3.273.883)	(2.317.807)	**(3.306.069)**	(2.336.854)
Receita líquida de vendas	**15.385.737**	11.799.027	**15.590.444**	11.984.250

24. Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

Política contábil

Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição ("CDs") são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custos:				
Das mercadorias revendidas	**(10.941.965)**	(8.305.003)	**(11.031.074)**	(8.346.305)
De outros serviços	**-**	-	**(21.948)**	(31.934)
	(10.941.965)	(8.305.003)	**(11.053.022)**	(8.378.239)

25. Informações sobre a natureza das despesas e outras receitas operacionais

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com pessoal (a)	**(1.562.569)**	(1.300.414)	**(1.572.662)**	(1.306.747)
Despesas com prestadores de serviços	**(839.500)**	(582.760)	**(866.042)**	(603.788)
Outras	**(819.741)**	(683.232)	**(851.497)**	(708.958)
Total	**(3.221.810)**	(2.566.406)	**(3.290.201)**	(2.619.493)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Classificados por função como:				
Despesas com vendas	**(2.713.474)**	(2.095.278)	**(2.747.447)**	(2.119.953)
Despesas gerais e administrativas	**(557.944)**	(503.352)	**(596.143)**	(536.026)
Outras receitas operacionais, líquidas (nota 26)	**49.608**	32.224	**53.389**	36.486
Total	**(3.221.810)**	(2.566.406)	**(3.290.201)**	(2.619.493)

(a) A Companhia provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, bolsa de estudo, cheque-mãe, além de plano de ações para os colaboradores elegíveis, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22. A despesa proveniente de tais benefícios, registrada no exercício de 2018 foi de R$ 196.259 para a controladora (R$ 133.742 em 2017) e R$ 197.136 para o consolidado (R$ 134.275 em 2017). Adicionalmente, a Companhia oferece plano de aposentadoria complementar para todos os seus colaboradores. Esta previdência complementar está inserida na modalidade de contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. A contribuição da Companhia corresponde a 0,20% do salário dos colaboradores participantes, podendo ser suspensa a qualquer tempo, desde que com aviso prévio aos participantes. Em 2018 e 2017, respectivamente, as contribuições montaram em R$ 398 e R$ 366. Os participantes podem fazer contribuições voluntárias, descontadas em folha, não havendo contrapartida da Companhia.

As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

26. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado	**(88)**	2.875	**(88)**	2.875
Apropriação da receita diferida (a)	**76.947**	42.820	**76.947**	42.820
Efeitos tributários não recorrentes	**(14.113)**	(9.790)	**(10.331)**	(6.096)
Despesas não recorrentes (b)	**(13.207)**	(3.331)	**(13.207)**	(3.331)
Outros	**69**	(350)	**68**	218
Total	**49.608**	32.224	**53.389**	36.486

(a) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de direitos de exploração, conforme descrito na Nota Explicativa nº 20. A variação observada entre a apropriação nos exercícios de 2018 e 2017 refere-se ao atingimento de determinadas metas dos contratos com as empresas Cardif e Luizaseg.

(b) Gastos referentes a despesas pré-operacionais de lojas.

27. Resultado financeiro

Política Contábil

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. Adicionalmente, a Companhia classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais. Os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras:				
Juros de vendas de garantia estendida	**72.964**	51.410	**72.964**	51.410
Rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários	**24.370**	62.193	**8.771**	12.937
Juros de vendas de mercadorias - juros por atrasos nos recebimentos	**5.678**	4.206	**5.678**	4.206
Descontos obtidos e atualizações monetárias	**45.126**	40.219	**45.126**	40.219
Outros	**1.390**	1.335	**1.390**	1.335
	149.528	159.363	**133.929**	110.107
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimos e financiamentos	**(50.163)**	(198.851)	**(50.163)**	(198.868)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	**(303.956)**	(273.286)	**(305.422)**	(274.970)
Provisão para perda com juros de garantia estendida	**(26.271)**	(10.534)	**(26.271)**	(10.534)
Outros	**(46.156)**	(36.210)	**(46.761)**	(36.556)
	(426.546)	(518.881)	**(428.617)**	(520.928)
Resultado financeiro líquido	**(277.018)**	**(359.518)**	**(294.688)**	**(410.821)**

28. Informação por segmento de negócios

Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Outros Serviços. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia e comércio eletrônico (*e-commerce tradicional e marketplace)*;

Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;

Operações de seguros - por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia;

Outros Serviços - soma da prestação de serviços de administração de consórcios por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos; e serviços de gerenciamento de entregas de produtos - por meio da controlada Logbee.

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos.

Demonstrações do resultado

	2018					
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Outros Serviços	Eliminações (b)	Consolidado
Receita bruta	18.830.718	1.001.088	237.475	80.137	(1.252.905)	18.896.513
Deduções da receita	(3.299.945)	-	-	(6.124)	-	(3.306.069)
Receita líquida do segmento	15.530.773	1.001.088	237.475	74.013	(1.252.905)	15.590.444
Custos	(11.031.074)	(91.577)	(19.376)	(34.361)	123.366	(11.053.022)
Lucro bruto	4.499.699	909.511	218.099	39.652	(1.129.539)	4.537.422
Despesas com vendas	(2.747.312)	(366.435)	(181.875)	(2.064)	550.239	(2.747.447)
Despesas gerais e administrativas	(568.552)	(12.577)	(18.067)	(27.591)	30.644	(596.143)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(59.737)	(418.910)	-	-	418.910	(59.737)
Depreciação e amortização	(163.294)	(5.926)	(4.725)	(396)	10.651	(163.690)
Equivalência patrimonial	65.294	-	-	-	(7.537)	57.757
Outras receitas operacionais	53.394	(16.918)	(4.670)	(5)	21.588	53.389
Receitas financeiras	131.536	-	16.690	2.393	(16.690)	133.929
Despesas financeiras	(428.430)	-	(59)	(187)	59	(428.617)
Imposto de renda e contribuição social	(185.169)	(44.920)	(11.461)	(4.265)	56.381	(189.434)
Lucro líquido do período	597.429	43.825	13.932	7.537	(65.294)	597.429

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial Outros serviços (Nota 14)	7.537
Equivalência patrimonial Luizacred (Nota 15)	43.825
Equivalência patrimonial Luizaseg (Nota 15)	13.932
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	65.294
(-) Efeito de eliminação Outros serviços	(7.537)
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	57.757

a) O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A., Época Cosméticos e Integra Commerce. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das

operações financeiras, de seguros e outros serviços, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.

(b) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

Demonstrações do resultado

	2017					
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações deseguros	Outros Serviços	Eliminações (b)	Consolidado
Receita bruta	14.262.501	844.256	197.801	70.638	(1.054.092)	14.321.104
Deduções da receita	(2.331.568)	-	-	(5.286)	-	(2.336.854)
Receita líquida do segmento	11.930.933	844.256	197.801	65.352	(1.054.092)	11.984.250
Custos	(8.358.340)	(91.812)	(21.793)	(31.934)	125.640	(8.378.239)
Lucro bruto	3.572.593	752.444	176.008	33.418	(928.452)	3.606.011
Despesas com vendas	(2.119.953)	(350.592)	(135.006)	-	485.598	(2.119.953)
Despesas gerais e administrativas	(510.753)	(2.482)	(20.119)	(25.273)	22.601	(536.026)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(41.921)	(273.321)	-	-	273.321	(41.921)
Depreciação e amortização	(142.687)	(5.963)	(4.654)	(372)	10.617	(143.059)
Equivalência patrimonial	93.661	-	-	-	(7.505)	86.156
Outras receitas operacionais	35.940	(12.023)	(5.948)	546	17.971	36.486
Receitas financeiras	107.101	-	(40)	(208)	3.254	110.107
Despesas financeiras	(520.720)	-	17.208	3.006	(20.422)	(520.928)
Imposto de renda e contribuição social	(84.239)	(39.301)	(10.055)	(3.612)	49.356	(87.851)
Lucro líquido do período	389.022	68.762	17.394	7.505	(93.661)	389.022

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial Outros serviços (Nota 14)	7.505
Equivalência patrimonial Luizacred (Nota 15)	68.762
Equivalência patrimonial Luizaseg (Nota 15)	17.394
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	93.661
(-) Efeito de eliminação LAC	(7.505)
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	86.156

(a) O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A. e Época Cosméticos. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras, de seguros e administração de consórcios, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.

(b) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

Balanços patrimoniais

	2018			
	Varejo(*)	Operações financeiras	Operações De seguros	Outros Serviços
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	549.048	8.671	121	46.796
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	409.111	36.513	219.617	-
Contas a receber	2.053.726	3.797.293	-	1.679
Estoques	2.810.248	-	-	-
Investimentos	395.227	-	-	-
Imobilizado e intangível	1.298.891	64.078	38.105	1.809
Outros	1.248.382	244.401	34.026	3.277
	8.764.633	4.150.956	291.869	53.561
Passivos				
Fornecedores	4.101.560	-	1.051	3.155
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	454.087	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	1.931.922	-	-
Operações com cartões de crédito	-	1.737.286	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	233.837	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	377.444	65.654	1.411	800
Receita diferida	430.137	17.020	-	-
Outras	1.098.533	110.812	35.371	12.401
	6.461.761	3.862.694	271.670	16.356
Patrimônio líquido	2.302.872	288.260	20.202	37.205

Conciliação do investimento

Investimentos em controladas	
Investimento LAC (Nota 14)	36.542
Investimento Logbee (Nota 14)	8.373
Investimento Softbox (Nota 14)	41.850
	86.765
Investimentos em controladas em conjunto	
Investimento Luizacred (Nota 15)	288.260
Investimento Luizaseg (Nota 15)	20.202
	308.462
Total dos investimentos	395.227
(-) Efeito de eliminação	(86.765)
(=) Resultado de investimento consolidado	308.462

(*) Saldos consolidados contemplando Magazine Luiza S.A, Época Cosméticos e Integra Commerce.

Balanços patrimoniais

	2017			
	Varejo(*)	Operações financeiras	Operações De seguros	Outros Serviços
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	373.167	5.648	211	39.540
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	1.259.553	6.251	182.343	-
Contas a receber	1.245.672	2.591.429	-	359
Estoques	1.969.333	-	-	-
Investimentos	341.168	-	-	-
Imobilizado e intangível	1.099.670	69.988	42.855	1.717
Outros	1.118.628	156.157	21.839	3.724
	7.407.191	2.829.473	247.248	45.340
Passivos				
Fornecedores	2.917.836	-	1.595	1.740
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	871.498	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	1.196.675	-	-
Operações com cartões de crédito	-	1.217.662	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	203.841	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	300.922	65.091	1.593	612
Receita diferida	510.403	19.092	-	-
Outras	732.555	37.379	22.446	13.167
	5.333.214	2.535.899	229.475	15.519
Patrimônio líquido	2.073.977	293.574	17.773	29.821

Conciliação do investimento

Investimentos em controladas	
Investimento LAC (Nota 14)	29.821
Investimentos em controladas em conjunto	
Investimento Luizacred (Nota 15)	293.574
Investimento Luizaseg (Nota 15)	17.773
	311.347
Total dos investimentos	341.168
(-) Efeito de eliminação LAC	(29.821)
(=) Resultado de investimento consolidado	311.347

(*) Saldos consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A, Época Cosméticos e Integra Commerce.

29. Instrumentos financeiros

As políticas contábeis relacionadas aos Instrumentos Financeiros da Companhia estão aderentes ao IFRS 09/CPC 48, conforme descrito em maiores detalhes no nota explicativa 5 b).

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

A Companhia utiliza a medição não contábil caixa (dívida) líquido ajustado/EBITDA ajustado, o qual, no seu entendimento, representa uma métrica relevante para monitorar o nível de endividamento, pois reflete sua disponibilidade de caixa, líquido das obrigações financeiras consolidadas, considerada sua geração de caixa operacional. A Companhia define o EBITDA como lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro e da depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado consiste no valor de EBITDA ajustado por receitas ou despesas extraordinárias. A Companhia entende que a medição do EBITDA Ajustado é necessária para que se entenda o real valor de impacto na geração bruta de caixa, excluindo-se eventos extraordinários. O EBITDA ajustado não é uma métrica de performance adotada pelo IFRS. A definição de EBITDA ajustado da Companhia pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

A estrutura de capital da Companhia pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	**(454.087)**	(871.498)	**(455.967)**	(871.498)
(+)Caixa e equivalentes de caixa	**548.553**	370.926	**599.087**	412.707
(+)Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	**409.111**	1.259.553	**409.325**	1.259.553
(+)Cartões de crédito de terceiros	**1.477.322**	818.154	**1.492.316**	820.267
(+)Cartões de crédito de partes relacionadas	**106.687**	42.338	**106.687**	42.338
Caixa líquido ajustado	**2.087.586**	1.619.473	**2.151.448**	1.663.367
Patrimônio líquido	**2.302.872**	2.073.977	**2.302.872**	2.073.977

Categoria de instrumentos financeiros

		Controladora				Consolidado			
		2018		2017		2018		2017	
Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e bancos	Custo amortizado	**136.060**	136.060	90.560	90.560	**138.295**	138.295	91.928	91.928
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	VJORA	**1.491.289**	540.967	835.088	403.636	**1.506.283**	552.845	837.201	408.830
Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e de acordos comerciais	Custo amortizado	**540.967**	86.948	403.636	57.647	**552.845**	83.503	408.830	54.428
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	**86.948**	106.687	57.647	42.338	**83.503**	106.687	54.428	42.338
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	VJR	**106.687**	408.907	42.338	280.366	**106.687**	408.907	42.338	320.779
Equivalentes de caixa	VJR	**408.907**	803	280.366	-	**408.907**	7.494	320.779	-
Equivalentes de caixa	Custo amortizado	**803**	11.455	-	10.995	**7.494**	11.669	-	10.995
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	**11.455**	397.656	10.995	1.247.180	**11.669**	397.656	10.995	1.247.180
Títulos e valores mobiliários	VJR	**397.656**	-	1.247.180	1.378	**397.656**	-	1.247.180	1.378
Instrumentos Derivativos Ativo	VJR	**-**	3.180.772	1.378	2.969.188	**-**	3.213.339	1.378	3.015.057
Total de Ativos financeiros		**3.180.772**	136.060	2.969.188	90.560	**3.213.339**	138.295	3.015.057	91.928

		Controladora				Consolidado			
		2018		2017		2018		2017	
Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Fornecedores	Custo amortizado	**4.068.459**	4.068.459	2.898.025	2.898.025	**4.105.244**	4.105.244	2.919.541	2.919.541
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	**454.087**	454.087	818.979	818.979	**455.967**	455.967	818.979	818.979
Empréstimos e financiamentos	VJR	-	-	52.519	52.519	-	-	52.519	52.519
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	**125.353**	125.353	89.486	89.486	**125.383**	125.383	89.521	89.521
Total de Passivos financeiros		**4.647.899**	4.647.899	3.859.009	3.859.009	**4.686.594**	4.686.594	3.880.560	3.880.560

Mensurações de valor justo

A política de mensuração ao valor justo está apresentada na nota explicativa 3.7. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;
Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A mensuração dos ativos e passivos da Companhia, ao valor justo, está demonstrada a seguir:

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Controladora		Consolidado		Nível
		2018	2017	2018	2017	
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	VJORA	**1.491.289**	-	**1.506.283**	-	**Nível2**
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	VJR	**106.687**	-	**106.687**	-	**Nível2**
Equivalentes de caixa	VJR	**408.907**	291.361	**408.907**	331.774	**Nível2**
Títulos e valores mobiliários	VJR	**397.656**	1.247.180	**397.656**	1.247.180	**Nível2**
Instrumentos Derivativos Ativo	VJR	**-**	1.378	**-**	1.378	**Nível2**
Total de Ativos financeiros		**2.404.539**	1.539.919	**2.419.533**	1.580.332	
Empréstimos e financiamentos	VJR	**-**	52.519	**-**	52.519	**Nível2**
Total de Passivos financeiros		-	52.519	-	52.519	

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis:

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

• Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.

• O valor justo de recebíveis de cartão de crédito é determinado com base em premissas usualmente utilizadas para vendas de ativos similares, considerando os fluxos de caixa descontados por uma taxa de empresas adquirentes.

• Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo

prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

	Saldo Contábil	Inferior a um ano	Uma três anos	Superior a Três anos	Total
Fornecedores	4.105.244	4.105.244	-	-	4.105.244
Empréstimos e financiamentos	455.967	137.831	336.027	10.701	484.559
Partes relacionadas	125.383	125.383	-	-	125.383
Outras contas a pagar ex-cotistas/sócios	47.638	21.564	20.479	7.770	49.814

Considerações sobre riscos

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e serviços de seguros e financeiros, o financiamento ao consumidor para as aquisições dos referidos bens e atividades de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos, motos, eletrodomésticos e imóveis. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

Risco de crédito: o risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, cujo saldo consolidado em 31 de dezembrode 2018 era de R$ 1.887.313 (R$ 1.066.091 em 31 de dezembro de 2017). Grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. Para os demais contas a receber a Companhia avalia também o risco como sendo baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios. Mesmo assim, o risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência (com critérios consistentes para suportar os requerimentos da IFRS 9 - ver nota explicativa 3.2), bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R$ 7.334 (R$ 5.346 em 31 de dezembro de 2017), os quais estão adicionados à análise sobre a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Na nota explicativa 9 são divulgadas maiores informações sobre o contas a receber.

A política da Companhia para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito e que tenham uma classificação igual ou superior ao rating soberano (em escala global). Em 31 de dezembro de 2018, a quase totalidade dos investimentos mantidos pela Companhia possuem tal nível de rating atingindo o montante de R$ 821.604 (R$ 1.539.919 em 31 de dezembro de 2017) na Controladora e R$ 870.117 (R$ 1.580.332 em 31 de dezembro 2017) no Consolidado.

Risco de mercado: decorre do possível desaquecimento do varejo no cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, determinação de limites para transações

com derivativos e do monitoramento constante das posições assumidas. Os principais riscos relacionados são as variações na taxa de juros e nas taxas de câmbio.

Risco de taxas de juros: a Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)", relativas a aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de aumento nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI em 6,40%. Os efeitos esperados das receitas com aplicações financeiras líquidas de despesas financeiras de empréstimos e financiamentos para os próximos três meses são como segue:

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
Certificados de depósitos bancários (nota7)	409.710	416.401
Fundos de investimentos não exclusivos (nota7)	2.783	44.391
Equivalentes de caixa	412.493	460.792
Títulos e valores mobiliários (nota8)	409.111	409.325
Total equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	821.604	870.117
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(454.087)	(455.967)
Variação	367.517	414.150
Receita financeira de juros - exposição a CDI		
Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos:		
Cenário I Provável	**(454)**	**260**
Cenário II Aumento 25%	**(568)**	**325**
Cenário III Aumento 50%	**(682)**	**390**

Gestão de risco de taxa de câmbio: a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria Financeira, de acordo com políticas previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*.

No decorrer do exercício de 2018 a Companhia liquidou todas as suas operações com hedge.

30. Demonstrações dos fluxos de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Dividendos propostos por controladas e controladas em conjunto e não recebidos	**8.391**	11.651	**6.298**	9.869
Dividendos ou JCP declarados não pagos no exercício	**(182.000)**	(64.273)	**(182.000)**	(64.273)
Outras contas a pagar - Ex-Cotistas adquiridas	**(46.850)**	(1.000)	**(46.850)**	(1.000)
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - VJORA	**(36.219)**	-	**(36.219)**	-
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - VJR	**(768)**	-	**(768)**	-
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - Controlada em conjunto	**(56.816)**	-	**(56.816)**	-
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - efeito do IR/CS	**12.576**	-	**12.576**	-
Variação de valor justos de instrumentos financeiros disponíveis para venda	**2.673**	1.457	**2.673**	1.457

31. Coberturade seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, são assim demonstradas:

	2018	2017
Responsabilidade civil e D&O	**70.000**	65.000
Riscos diversos - estoques e imobilizado	**2.925.028**	2.402.335
Veículos	**22.872**	14.162
	3.017.900	2.481.497

32. Arrendamentos compromissados

Política contábil

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado nas demonstrações contábeis como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil estimada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é

mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são auferidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício ou período em que são incorridos.

Arrendamento mercantil operacional - contratos de aluguel

A Companhia possui diversos contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas (MTG Administração e Participações S.A. e PJD Agropastoril Ltda.) e com terceiros, cujos prazos médios têm duração de cinco anos, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 954 lojas (858 lojas em 2017) e 12 Centros de Distribuição (10 Centros de Distribuição em 2017) alugados. Para estes contratos de aluguel, foram registradas despesas no montante de R$ 341.933 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R$ 302.458 em 31 de dezembro de 2017).

Os compromissos futuros oriundos destes contratos, atualizados monetariamente, montam, nos próximos cinco anos:

Ano	Valor
2019	390.559
2020	406.373
2021	423.365
2022	442.411
2023	463.370
Total	**2.126.078**

Contratos de arrendamento mercantil financeiro

	Pagamentos mínimos	
	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Em até um ano	**1.214**	8.900
Entre dois e cinco anos	**-**	770
	1.214	9.670
Menos: resultado financeiro não incorrido	**(159)**	(444)
Valor presente dos pagamentos mínimos	**1.055**	9.226

Os valores dos ativos, líquidos de depreciação acumulada, adquiridos por arrendamento mercantil financeiro estão demonstrados a seguir:

Categoria dos ativos	2018	2017
Software	**2.689**	8.192
Máquinas e equipamentos	**6.597**	7.034
Computadores e periféricos	**634**	1.394
Veículos	**374**	1.194
Outros	**177**	223
Total	**10.471**	18.037

Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução destes ativos ao seu valor de recuperação.